



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CARLA MENESES DE SOUZA**

**ESTRATÉGIAS DA COMUNIDADE DO MARACANÃ NO  
ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

SÃO LUÍS  
2019

**CARLA MENESES DE SOUZA**

**ESTRATÉGIAS DA COMUNIDADE DO MARACANÃ NO  
ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do Grau de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosirene Martins Lima

SÃO LUÍS  
2019

Souza, Carla Meneses de.

Estratégias da comunidade do Maracanã no enfrentamento das mudanças após a implantação do programa minha casa minha vida / Carla Meneses de Souza. – São Luís, 2019.

75 fls

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Rosirene Martins Lima.

1.Comunidade do Maracanã. 2.Impactos socioambientais. 3.PMCMV.  
I.Título

CDU: 365.6(812.1)

**CARLA MENESES DE SOUZA**

Monografia aprovada com pré-requisito para a obtenção  
do Grau de Bacharel em Ciências Sociais da  
Universidade Estadual do Maranhão.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosirene Martins Lima

Aprovado em 09/12/2019

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosirene Martins Lima (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof. Dr. Protásio César dos Santos  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valdira Barros – CCSA  
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus por sempre cuidar de mim.  
A minha mãe por seu amor e carinho.  
Ao meu pai por seus ensinamentos (*in memoriam*).  
Ao meu esposo por seu companheirismo.  
À minha família!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é a minha força e fortaleza, por seu amor e pela graça, pela sua infinita misericórdia e pela oportunidade a mim concedida em participar do curso de Ciências Sociais, pelo sustento para resistir aos dias difíceis ao longo dessa caminhada, que foram muitos e não me deixar desistir... sem Ele nada seria possível.

A minha mãe por todo apoio e suporte, pois sempre batalhou incessantemente para me manter em São Luís, para que eu pudesse cursar uma graduação. Por seu amor e carinho, por me ajudar a seguir o caminho certo, através de seu exemplo de vida e seus sábios conselhos, me fazendo a pessoa que sou hoje. Por suportar minha ausência em casa todos esses anos (pois tive que sair do interior do Maranhão, isto é, da casa da minha mãe para estudar), seu consolo ao me ver chorar por não querer voltar para a cidade ao findar de cada férias, sempre me incentivando a persistir. Por toda sua dedicação comigo para que eu realizasse o sonho de me formar. Mãe, a você o meu muito obrigada.

Ao meu pai que sempre me incentivou a estudar, a correr e lutar pelos meus sonhos, por seus ensinamentos, sempre me dizendo que eu não devia abaixar a cabeça diante das dificuldades por mais difíceis que fossem. Por suas palavras de carinho e afago nos meus momentos de tristeza. Hoje você não está mais entre nós, mas seus ensinamentos e lembranças se fazem presentes em minha vida a cada amanhecer. Por sempre me alertar que o mundo é um lugar difícil, mas com esforço e dedicação conseguimos vencer. Agradeço a você meu pai, por todo amor que me deu e o exemplo de homem e pai que foi. Sei que o seu sonho era me ver formada, por isso dedico esse trabalho em sua memória, como gratidão por tudo que fez por mim. Serei eternamente grata a você.

Ao meu esposo e companheiro de todas as horas que sempre esteve comigo segurando a minha mão, não me deixando olhar para trás quando eu pensava em desistir, por tolerar as minhas crises de ansiedade, meus dramas, meus momentos de desânimo com toda paciência e carinho do mundo. Por suas palavras de incentivo me dizendo que eu deveria ir até o fim, por acreditar em mim até mais do que eu mesma, dizendo que eu era capaz, que era apenas uma fase que logo iria passar e eu iria poder me orgulhar de mim, por me ajudar a superar meus medos sempre torcendo pelo melhor

em minha vida. A você, que sempre esteve presente nos momentos que mais precisei, um obrigada especial.

À minha orientadora Prof<sup>ra</sup> Dr<sup>a</sup> Rosirene Martins Lima por seu incentivo ao me dizer para continuar até o fim, pelo apoio e oportunidade em participar do grupo de pesquisa CITEMA (Cidade, Território e Meio Ambiente), espaço de muitas leituras e discussões que me fizeram crescer intelectualmente; pela paciência durante as orientações fossem em planos de trabalho, em Pibic ou em monografia, confiança em apresentações dos projetos de Iniciação Científica e por toda sua gentileza durante o período em que estive sob sua orientação. Agradeço a sua compreensão nos momentos de dificuldade, por ser uma professora maravilhosa, sensível e muito simpática e por todo seu encorajamento com palavras de ânimo. À senhora, muito obrigada.

Aos meus colegas do grupo de Iniciação Científica, Luísa Amanda, Valderlândia, Brenda, Nadloid, Aerica e Joallyson por compartilharem comigo o conhecimento de vocês, pelas experiências vividas e apesar das nossas diferenças quando surgia uma dificuldade todos estavam lá dispostos ajudar para que tudo fosse resolvido da melhor forma possível. A todos, obrigada e sucesso.

A minha amiga Luísa Amanda, em especial, que tenho como irmã e com quem compartilhei momentos únicos durante essa trajetória acadêmica, por sua sincera amizade que hoje faz parte da minha vida para além da sala de aula, pelos momentos que me fez chorar de sorrir, pelos momentos difíceis que esteve comigo sempre me ajudando e apoiando, também por acreditar em mim sempre dizendo que nós iríamos conseguir concluir essa importante etapa da vida, por todos os momentos e experiência que passamos juntas e por essa linda amizade que construímos. Obrigada amiga, por ter desde o início segurado a minha mão e não ter soltado.

A todos os meus familiares pelas incansáveis palavras de força, estímulo e fé.

A minha prima Isadora em especial, que aceitou de bom grado fazer a tradução do resumo.

Ao meu sogro Aldenor Pereira e minha Sogra Maria Lucilene por também fazerem parte da minha história e estarem torcendo por mim nessa caminhada.

A todos os meus amigos novos e de longa data pela presente ajuda (emocionalmente) constantemente dada a mim.

Aos moradores do Maracanã envolvidos na construção dessa pesquisa, que gentilmente aceitaram compartilhar valiosas informações, contribuindo para realização da mesma.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais por todo ensinamento passado ao longo desse processo de formação.

A todos e todas que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

Muito obrigada!

SOUZA, Carla Meneses de

Estratégias da comunidade do Maracanã no enfrentamento das mudanças após a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida./ Carla Meneses de Souza. - São Luís, 2019.

79 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosirene Martins Lima

“O que produz mudança social é um sentimento de algo insuportável, ou seja, uma forte indignação sobre uma questão social”.

(Manuel Castells)

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada na Comunidade do Maracanã, situada no município de São Luís, Maranhão, em virtude da implantação de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na sua Área de Proteção Ambiental (APA). Busca refletir acerca dos impactos socioambientais provocados pelo PMCMV e as estratégias utilizadas pelos moradores da comunidade no enfrentamento dessas mudanças. Os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento de informações respaldaram-se em observação direta das mudanças ocorridas, conversas *in locus* com moradores da comunidade e registros fotográficos. Diante disso, observou-se que a Comunidade do Maracanã, nas medidas estratégicas adotadas no enfrentamento das mudanças ocorridas, tem se deparado com barreiras que vão para além das fragilidades dessas novas práticas estabelecidas entre si, em que os órgãos competentes pela resolução dos diversos problemas vividos pelos moradores mostram-se alheios à problemática em questão.

**Palavras-Chave:** Comunidade do Maracanã; Impactos socioambientais; PMCMV;

## **ABSTRACT**

This paper presents the results of research carried out in the Maracanã neighborhood, located in the municipality of São Luís, Maranhão, due to the housing development of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), in its Environmental Protection Area (APA), seeking to reflect on environmental impacts caused and the strategies used by the residents of the neighborhood community to cope with these changes. The methodological procedures used to gather information were supported by direct observation of changes, locus conversations with former community residents and photographic records. In view of this, it was observed that the Maracanã Community, in the strategic measures adopted to cope with the changes that have taken place, has faced barriers that go beyond the weaknesses of these new practices established among themselves, given that the competent bodies for the resolution of several problems experienced by the residents, are alien to the problem in question

**Keywords:** Maracanã Community; Social and Environmental Impacts; Coping Strategies;

## **LISTA DE SIGLAS**

APA: Área de Proteção Ambiental

APP: Área de Proteção Permanente

ALUMAR: Consórcio de Alumínio do Maranhão

BNH: Banco Nacional de Habitação

CCA: Coordenação de Controle Ambiental

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

COMUNA: Conselho Municipal de Meio Ambiente

SEMA: Secretaria de Estado e Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV: Programa Minha Casa, Minha Vida

PNH: Política Nacional de Habitação

PNDU: Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

SENUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SEMMAM: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMURH: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

SISMUNA: Sistema Municipal de Meio Ambiente

SISNAMA: Sistema Nacional de Meio Ambiente

SBAP: Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas

SFH: Sistema de Financiamento de Habitação

UC: Unidade de Conservação

VALE: Companhia Vale do Rio Doce

## LISTA DE FIGURAS

|           |                                                                  |    |
|-----------|------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01 | Juçarais provenientes de fundos de quintais .....                | 29 |
| Figura 02 | Barracão do bumba-meu-boi da comunidade do Maracanã .....        | 30 |
| Figura 03 | Parque da Juçara na comunidade do Maracanã .....                 | 32 |
| Figura 04 | Localidades da Área de Proteção Ambiental do Maracanã .....      | 37 |
| Figura 05 | Localização dos conjuntos habitacionais na PA do Maracanã .....  | 45 |
| Figura 06 | Residencial Amendoeira .....                                     | 46 |
| Figura 07 | Residencial Santo Antônio .....                                  | 47 |
| Figura 08 | Residencial Vila Maranhão .....                                  | 47 |
| Figura 09 | Residencial Morada do Sol .....                                  | 48 |
| Figura 10 | Esgoto que deságua no rio antes utilizado pela comunidade .....  | 53 |
| Figura 11 | Rio da APA do Maracanã impactado .....                           | 54 |
| Figura 12 | Escola municipal do Maracanã .....                               | 57 |
| Figura 13 | Posto de saúde do Maracanã .....                                 | 58 |
| Figura 14 | Cercas de cimento construída pelos moradores da comunidade ..... | 69 |
| Figura 15 | Muro de casa construído na comunidade do Maracanã .....          | 70 |

## LISTA DE TABELAS

|           |                                                                                                               |    |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 01 | Condições de Financiamento de Imóvel por renda bruta familiar.....                                            | 41 |
| Tabela 02 | Residenciais e construtoras responsáveis pela obra. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação..... | 48 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                       | <b>16</b> |
| <b>2 NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA ....</b>                                                  | <b>19</b> |
| <b>2.1 Reflexos do processo de urbanização e expansão imobiliária de São Luís na APA do Maracanã .....</b>      | <b>21</b> |
| <b>3 A COMUNIDADE DO MARACANÃ .....</b>                                                                         | <b>28</b> |
| <b>3.1. Sobre a formação da comunidade do Maracanã .....</b>                                                    | <b>28</b> |
| <b>3.2. Criação da Área de Proteção Ambiental do Maracanã .....</b>                                             | <b>33</b> |
| <b>3.3 Implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida no Maracanã .....</b>                                     | <b>33</b> |
| <b>4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA DO MARACANÃ .....</b>                                                      | <b>52</b> |
| <b>4.1 Mudanças ocorridas após a implantação do PMCMV na Comunidade do Maracanã .....</b>                       | <b>52</b> |
| <b>5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA COMUNIDADE APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA .....</b> | <b>63</b> |
| <b>6 CONCLUSÃO .....</b>                                                                                        | <b>72</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                        | <b>74</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu da minha experiência com a Iniciação Científica, durante o período de um ano, em que estive envolvida com esta pesquisa, em contato prévio com o bairro Maracanã, com os moradores da comunidade e a observação direta dos impactos socioambientais provocados a partir da implantação de empreendimentos imobiliários na área. Durante esse tempo, o desenvolvimento da pesquisa dividiu-se em dois momentos distintos, porém articulados entre si. Num primeiro momento foi feito acompanhamento de pesquisas que refletem como acontece a produção da cidade alicerçada no processo de urbanização.

Num segundo momento foram realizadas as pesquisas de campo no bairro Maracanã, com a finalidade de compreender as mudanças ocorridas após a implantação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e as estratégias utilizadas pelos moradores da comunidade no enfrentamento dessas mudanças, momento imprescindível para respaldar a presente discussão.

Diante disso, o presente estudo foi construído a partir da inquietação em compreender como a política de habitação, que é um direito fundamental no Brasil, e tem como, à priori, garantir o acesso à moradia digna e promover o “desenvolvimento”, tem impactado negativamente uma comunidade tradicional da zona rural de São Luís, Maranhão, com a implantação de empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A cidade vem se expandindo e incorporando “novas” áreas urbanas e rurais, incluindo áreas de preservação permanente, de acordo com as exigências do capital financeiro, redefinindo e valorizando o espaço consoante aos interesses do mercado. Nessa perspectiva, o bairro Maracanã vem sofrendo um acelerado crescimento urbano, decorrente do processo de expansão urbana da cidade de São Luís, por intermédio de diversos empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida, previstos na Lei Nº 11.977/2009, que foram instalados no entorno da comunidade e no interior da APA do Maracanã.

Esse processo resultou em impactos socioambientais que tiveram como consequência conflitos entre os antigos e novos moradores, uma vez que na área residem famílias tradicionais com formas próprias de organização social, provenientes de saberes e práticas tradicionalmente construídas ao longo do tempo, onde o uso local e os recursos naturais utilizados refletem uma gama de representações histórico-cultural, religiosa, social e econômica manifestadas em cada detalhe na sua maneira de viver. A constatação dos impactos socioambientais ocorridos na Área de Proteção Ambiental do Maracanã deu-se através de estudos de artigos e publicações a respeito do tema e da escuta em ouvir os diferentes discursos

dos envolvidos no processo de mudança. As informações obtidas sobre as estratégias utilizadas pela comunidade foram possíveis a partir de conversas *in locus* com os antigos moradores da comunidade.

Nesse contexto, surgiram as seguintes questões que nortearam o presente estudo: Quais os impactos socioambientais e as mudanças que o processo de urbanização, atrelado à expansão imobiliária ao fazer uso de uma política habitacional como o Programa Minha Casa, Minha Vida, têm provocado numa área de proteção ambiental? Como os moradores da comunidade têm lidado com esse processo, isto é, quais as estratégias utilizadas pelos moradores da comunidade frente aos impactos socioambientais sofridos?

Isto posto, a situação empírica desse trabalho é a comunidade do Maracanã, que vem sofrendo com uma ordem de problemas que tem abalado os modos de vida dos antigos moradores. Pensando nisso, o objetivo dessa pesquisa é refletir as estratégias utilizadas pelos moradores no enfrentamento das mudanças sofridas pela comunidade. Cabe aqui a significativa importância em refletir sobre a atual vivência da comunidade, após ter todo seu espaço reconfigurado, haja vista que a lógica organizacional da comunidade seguia uma perspectiva que fugia à lógica capitalista contemporânea.

Para análise desse estudo, utilizou-se como metodologia os dados obtidos a partir das pesquisas bibliográfica e de campo. A primeira atenta para o levantamento de fontes documentais e informacionais em sites, bibliotecas, órgãos do poder público, publicações, dentre outros; organização e leitura da literatura relacionada à temática aqui proposta, a partir da contribuição de alguns autores, com destaque para Castells (1983), que trata sobre o processo de urbanização que refletiu negativamente na problemática urbana, influenciada pelo modo de produção capitalista, resultando no desenvolvimento de uma sociedade urbana marcada pela produção ideológica da classe dominante que influenciou diretamente no desenvolvimento desigual das cidades; Lefebvre (1991), que tece sua crítica quanto à segregação socioeconômica que obriga pessoas economicamente inferiores a viverem em áreas periféricas da cidade.

Nesse sentido, o autor cria o termo o ‘direito à cidade’ como forma de recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados, o direito de se pensar a cidade em que se quer viver. Bauman (2003) traz uma importante discussão sobre a comunidade, que tem passado por constantes dilemas decorrentes da insegurança na sociedade contemporânea. Essas leituras possibilitaram a percepção da influência neoliberal, atuando minuciosamente na construção dos conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Para além das pesquisas aqui citadas também foram feitas consultas a fontes secundárias e primárias sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida na área do Maracanã.

A atividade concernente à pesquisa de campo possibilitou, através das visitas feitas na área, realizar entrevistas semiestruturadas seguindo a metodologia de pesquisa de Mignolo (2003). Isto se deu por se entender que esse método possibilita um diálogo aberto com os entrevistados, fornecendo captura de informações valiosas sobre o “Maracanã de antes” e o “Maracanã de hoje”, que poderiam ser perdidas caso o método utilizado fosse estabelecido por questionários ou entrevistas fechadas, por de certa forma, permitir ao entrevistado responder apenas ao que lhe é perguntado. Desta forma, percebe-se que a implantação desses empreendimentos no Maracanã ocorreu devido à falta de controle urbanístico e ambiental na área, deixando a comunidade à mercê dos interesses do setor privado em detrimento do poder público.

A divisão do presente estudo será feita da seguinte forma: Na Introdução é apresentada a problemática e objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada para levantamento de informações, que deram embasamento para construção do estudo dando uma visão geral sobre o tema em questão. O primeiro capítulo faz uma breve reflexão sobre a urbanização brasileira, para uma melhor compreensão sobre o crescimento urbano acelerado atrelado ao setor imobiliário e como se deu esse processo em São Luís, de modo a se expandir em direção a APA do Maracanã.

O segundo capítulo apresenta a formação da comunidade do Maracanã, a criação da Área de Proteção Ambiental e de que forma ocorreu a instalação do Programa Minha Casa, Minha Vida na área. O terceiro capítulo trata das mudanças ocorridas no Maracanã e os impactos socioambientais e os conflitos entre os antigos e novos moradores. O quarto capítulo busca identificar e descrever as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos moradores da comunidade no enfrentamento das mudanças ocorridas após a implantação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em seguida, apresenta-se a conclusão, com uma abordagem da presente discussão de forma sucinta.

## 2. NOTAS SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo de urbanização iniciada no século XX, decorrente da industrialização, foi um marco histórico na sociedade brasileira, tornando-se intenso a partir da segunda metade do século, entre os anos de 1960 e 1970. Até os anos de 1940 a população brasileira era predominantemente rural, adepta do modelo agrário-exportador, substituído pelo modelo econômico urbano-industrial, estimulando consideravelmente o deslocamento campo-cidade.

Segundo Santos (1996), com a urbanização nesse período ocorre um momento de profunda inversão do lugar de residência da população brasileira, ou seja, nesses 40 anos a população total do Brasil triplica, passando de 26,35% em 1950 para 68, 86% em 1980, aumentando a população urbana em sete vezes e meia. Essa inversão populacional se dá em especial com a mecanização agrícola, tendo em vista que a inserção de maquinários no sistema produtivo veio substituir o trabalhador do campo, que teve de se deslocar para a cidade em busca de melhores condições de vida e emprego, pois se apresentavam mais vantajosas do que o vigente na zona rural. Essa atração em massa da população rural aos centros urbanos resultou em um reservatório de mão-de-obra que barateou custos e facilitou a expansão industrial. Aqui está a égide da cidade sobre o campo.

Lefebvre (1991) entende esse processo como fenômeno urbano, onde o valor de troca da cidade se sobressai ao valor de uso. Para ele esse processo é consequência do capitalismo, que promoveu uma intensa dinamização do comércio, culminando na divisão do trabalho e acirramento do mesmo, bem como o crescimento de mais valia e *locus* de capital nas cidades, colocando-as como o centro do capital produtivo. Nessa perspectiva, Oliven (2010) cita autores como Marx e Weber por caracterizarem a cidade na civilização ocidental como um lugar de mercado, onde Weber (1966), em sua busca pela elaboração do conceito de fenômeno urbano, faz uma análise das diferentes formas de cidades já existentes, mostrando a origem de cada uma e a influência do mercado no seu desenvolvimento.

Para o autor, somente no Ocidente teria existido de fato uma comunidade urbana como um fenômeno extenso, considerando que para que isso ocorresse era necessário um modelo industrial-mercantil que colocasse a cidade em um alto grau de autonomia em nível de mercado, com administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses pudessem de alguma forma participar. É nesse contexto que a cidade se fortifica, sendo ela própria uma pré-condição do capitalismo, na medida em que é necessária para sua existência, no qual posteriormente é o desenvolvimento do capitalismo que vai intensificar o crescimento das cidades.

Marx (1975) por sua vez elucida que nesse processo de crescimento das cidades a economia urbana passa por um processo de divisão social do trabalho. Esse novo padrão de exploração se deu através de classes sociais e não mais baseado no sistema de servidão feudal. Para o autor, o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorreu após o surgimento do capital através do comércio mundial no século XVI, decorrentes das transformações que tiveram lugar em cidades onde as manufaturas foram substituídas pelas fábricas provocando a expulsão dos servos dos campos. Assim, Marx entende que a cidade é resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção e do capital.

Nesse âmbito, Oliven (2010) explica que a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, nos países europeus, com o desenvolvimento de um modo de produção capitalista, o poder se direciona cada vez mais do campo à cidade. Destarte, o autor ressalta que a formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil está intimamente ligada com o enfraquecimento da economia colonial, com o fim do Pacto Colonial e a chegada da família real ao Brasil em 1808, que abriu espaço para uma multiplicidade de parceiros comerciais. Com o fim do monopólio comercial e da proibição das manufaturas, surgem as primeiras fábricas no país. Entretanto, esse período de formação de industrialização é incipiente, visto que o modelo agrário-exportador de produtos primários ainda era o modelo econômico principal.

Segundo Bordo (2005) foi com a crise de produção industrial europeia (crise de 1929) que o Brasil, como ex-colônia (que tinha o café como seu único produto de economia e que nesse período entrou em decadência), passou a necessitar de uma política de substituição de produtos importados. Nesse âmbito ocorrem os primeiros surtos de indústrias no país, com destaque às indústrias alimentícias e têxtil como forma de substituir os produtos (que estavam altamente caros devido a diminuição de produção na Europa), instaurados no governo Vargas, conforme explica o autor:

[...] a transição de um Brasil agrário para um país urbano foi uma consciência direta do processo de industrialização que tomou um grande impulso na década de 1930, durante o Governo de Getúlio Vargas que, implementou o modelo de industrialização como forma de substituição das importações (BORDO, 2005, p.2).

Nesse contexto, a expansão urbana cresce em linha horizontal, em virtude do deslocamento da população aos centros urbanos, atingindo assim a escala metropolitana. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) (2004, p.33), entre os anos de 1950 e 2000 o percentual de pessoas vivendo nas cidades cresceu de 30% para 80% da população. Esse novo modelo econômico acentuou-se no governo de Juscelino Kubitschek com forte incentivo ao desenvolvimento industrial, baseado num sistema neodesenvolvimentista,

modelo econômico que apoiava o setor privado. Nesse cenário de êxodo-rural, e justamente por isso, é criado o Sistema de Financiamento de Habitação (SFH), gerenciado pelo Banco Nacional de Habitações (BNH), na década de 1964. Em meados de 1970, já no governo Médici, o país passava por um ritmo de crescimento muito acelerado, o que favoreceu a expansão do setor imobiliário, decorrente da demanda por habitação (MATOS, 2017, p. 28).

Conforme Silva (2016), com as cidades brasileiras crescendo em ritmo acelerado, houve uma fragmentação socioespacial das estruturas urbanas decorrente da forma como os espaços foram ocupados pelos diferentes segmentos sociais, gerando vários problemas sociais e urbanos, sendo o principal deles, a habitação. O espaço urbano da cidade tornou-se assim cada vez mais complexo, com dinâmicas espaciais desenhadas segundo os interesses dos agentes imobiliários e das grandes empresas, que ganharam impulso no século XXI com o aumento do contingente populacional nos centros urbanos.

Após o processo de urbanização brasileira no século passado baseado na industrialização, a urbanização tem se fundamentado no mercado imobiliário contemporâneo, onde o papel dos agentes imobiliários se mostra cada vez mais relevante para a urbanização (SPOSITO, 2004, p. 42). Sob essa ótica, a cidade passa a ser regida a partir do mercado, tornando o solo urbano em mercadoria primordial da cidade empresa, incluindo Áreas de Proteção Ambiental, a exemplo da instalação do PMCMV, no interior da APA e no entorno da comunidade do Maracanã, como será melhor explanado nos capítulos a seguir.

## **2.1. Reflexos do processo de urbanização e expansão imobiliária de São Luís na APA do Maracanã**

Dentro desse contexto da urbanização brasileira, a cidade de São Luís tem sofrido um acelerado processo de crescimento urbano, que inicialmente esteve embasado por um discurso de modernização do estado, sustentado no programa desenvolvimentista dos governos militares, com apoio de setores da burguesia. Instalando-se na capital, entre as décadas de 1970 e 1980, empreendimentos industriais como Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e Companhia Vale do Rio Doce (VALE), provocou mudanças no seu número populacional aumentando em duas vezes esse percentual (MORAES, 2017, p.23).

Nesse sentido, com o aumento populacional na capital maranhense na primeira década do século XXI, acirrou-se a produção imobiliária com a construção de condomínios fechados de casas e apartamentos, manifestados através do aumento do volume da produção e

a massiva valorização imobiliária, gerando desigualdade de acesso à terra e consequentemente desigualdade de investimento.

Em São Luís, o volume da produção e a supervalorização imobiliária provocou mudanças na configuração social da cidade, uma vez que a elite maranhense buscou ocupar áreas que possuíam infraestrutura exclusiva e áreas com paisagens naturais, como praia e vista para o mar, acarretando na valorização do solo urbano de determinados lugares em relação a outros, iniciando o processo de especulação imobiliária (PEREIRA, ALCÂNTARA JR, 2017, p.37). Esse processo transformou o tecido urbano num espaço desigual, permitindo condições dignas de moradia apenas a quem possui o capital financeiro (LEFEBVRE, 1991, p.42).

Desta forma, a expansão urbana da cidade de São Luís acontece em dois eixos perpendiculares: um em direção, caracterizado principalmente pelas atividades industriais, e, outro em direção às atividades imobiliárias. Seja por condomínios privados, muitas vezes acompanhando a beira mar, que permite de certa forma “escolherem” seus vizinhos em acordo com o Poder Público ou conjuntos habitacionais populares, que do outro lado da cidade; seja longe das praias, a implantação desses empreendimentos resultou na retirada da população “indesejada” das áreas consideradas nobres, tornando-as apenas um lugar próprio para a classe dominante (SHIRAISHI, LIMA, ALCOBACA, 2018, p.47).

Santos e Mendes (2005) também procuram descrever esse processo que ocorre em São Luís. Para eles, “a dinâmica urbana de São Luís é resultado de segmentações, conflitos e incoerências políticas intra-urbana [...]. Esses projetos dão-se a partir de um conjunto de interesses econômicos que ditam as regras de construção do espaço urbano na capital maranhense, de acordo com a lógica mais interessante para o mercado, acarretando entre outros problemas em dificuldades de habitação, assim como uma desagregação social e cultural [...]” (SANTOS, MENDES, 2005, p. 51).

Desta forma, o êxito da supervalorização de determinados espaços da cidade é proveniente da realocação de boa parte da população de baixa renda, localizada no entorno dos centros urbanos para as áreas mais distantes da cidade. Assim, o setor imobiliário apreende parte dos valores extraídos por ele de uma base produtiva, através da remuneração da renda da terra, criando oportunidades para o capital rentista, transformando o espaço urbano em mercadoria, isto é, em produto financeiro. Esse modelo econômico nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização está centrado na metrópole, que transforma a cidade numa máquina de crescimento econômico agregando elementos acumulativos na indústria que tem no Estado parceria mútua, favorecendo lucros para ambos.

Nesse contexto, os estudos de Haesbaert (2001) sobre a “era da globalização” é imprescindível para uma melhor compreensão desse processo, na medida em que traz uma discussão crítica sobre o que denomina de ‘os dilemas da globalização’, que resultou na sua fragmentação. Para o autor, a globalização contemporânea é um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo. Embora iniciada nos anos de 1960, é na década de 1970 que ela toma impulso, através da hegemonia do capital financeiro ou de financiamento, altamente especulativo, no qual as grandes empresas, integrando capital de financiamento e capital industrial, dispõem de significativa influência sobre as decisões do Estado.

Nessa constituição espacial de relações entre escalas da globalização na produção do espaço urbano, a metrópole torna-se agenciadora transescalar do neoliberalismo. Assim sendo, a desigual distribuição do solo urbano na capital atrelado aos mecanismos de mercado permite constatar que esse processo de urbanização da região metropolitana de São Luís, bem como a questão da terra e apropriação dos espaços urbanos, é conduzida em parceria público-privado. Seguindo essa lógica de raciocínio, de acordo com Harvey (2004), nessa nova urbanização e na busca por acumulação, a produção imobiliária se apresenta como investimento rentável para o capital financeiro global produzindo a especulação imobiliária e consequentemente conflitos de ordem ambiental e social, no qual os desprivilegiados da sociedade são os que sofrem com esse processo.

A crescente expansão urbana da cidade de forma desordenada vem, portanto, orientando-se sobre as áreas de preservação permanente e unidades de conservação, como as áreas de proteção ambiental, devido a possibilidade legal de habitação humana desde que seja de forma sustentável. Foi nesse contexto que os conjuntos habitacionais do PMCMV foram implantados na APA do Maracanã, assim como em outras áreas rurais e periurbanas. Isto significa que o espaço situado na periferia de uma cidade permite a compra de terrenos mais baratos, locais distantes das áreas mais urbanizadas, longe de tudo o que a cidade pode oferecer aos cidadãos, a exemplo de hospitais, escolas, lazer e onde até os transportes coletivos são precários. Essa foi uma estratégia elementar para obtenção de maior rentabilidade.

O neoliberalismo urbano é, portanto, quem promove a financeirização da cidade, haja vista que o capital financeiro promove a valorização fundiária. Deste modo, o resultado dessa lógica é excludente, na medida em que essa busca pela maximização da valorização agregada ao solo urbano que tende a lançar a população de baixa renda para áreas distantes, uma vez que a presença dessa população em locais de grandes potenciais tende a desvalorizá-los.

Diante disso, nota-se a ausência de equilíbrio na apropriação do espaço, que aconteceu de maneira não sustentável e por isso ilegal, considerando que a instalação dos empreendimentos habitacionais do PMCMV no Maracanã trouxe diversos transtornos à área, principalmente por se tratar de uma área de proteção ambiental. Tendo em vista a falta de planejamento, fica evidente o descaso do Poder Público municipal com a comunidade impactada e os novos moradores dos conjuntos. Mais que isso: como se não bastassem os problemas de ordem socioambiental, na APA, ainda tem a questão da localização desses empreendimentos.

O maior motivador do crescimento populacional é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, através do Programa Minha Casa Minha Vida. O primeiro, ao fazer uso de políticas econômicas a fim de promover o desenvolvimento acelerado da economia no Brasil, acentuou o investimento público-privado, direcionando parte dos investimentos ao setor habitacional (PETRECA, 2015, p .31). Destarte, a lógica do empreendedorismo urbano de gestão privada nos espaços públicos, através desses empreendimentos, imprime no espaço uma seletividade de uso, que nega o direito à maior parte da população de decidir sobre a cidade que se quer viver.

Esse ambiente construído sob a égide de oportunidades de rentabilidades momentâneas mudou o planejamento urbano em gestão privada dos lugares, transformando os bens públicos em espaços privados, como as áreas exclusivas de moradia. Esse espaço fragmentado e, portanto, exclusivo na privatização promovida pelo neoliberalismo urbano, deixa a população de baixa renda às margens da sobra da cidade. Logo é de fundamental importância a presença da sociedade civil nos espaços de debate sobre interesse de se pensar a cidade. O crescimento exacerbado das cidades provocou o inchaço populacional quantitativamente, acarretando no desordenamento do tecido urbano, observando que o capitalismo trouxe a divisão do trabalho, mas não teve suporte suficiente para modificar a vida dos mais pobres.

No cerne, Souza (2005) desenvolve um estudo sobre o desenvolvimento urbano brasileiro, com foco voltado na tentativa de entender as causas dos problemas urbanos. Para o autor, o que vem ocorrendo é a fragmentação do tecido socioespacial, caracterizada pelo crescente número de empreendimentos imobiliários que dispõe de estruturas precárias para a população pobre, que por falta de capital financeiro suficiente são obrigados a morar nesses locais, devido ao baixo custo, por conta dos subsídios oferecidos. O capitalismo na atual conjuntura econômica tem na habitação um atrativo financeiro, oferecido por programas de financiamento, fornecendo subsídios e alimentando a lógica da propriedade privada.

Desta forma, a urbanização orientada pela expansão imobiliária na sociedade contemporânea trouxe uma conflituosa disputa entre as classes sociais pelo uso e ocupação do solo urbano, que tem se tornado cada vez mais caros e luxuosos para os detentores do capital, porém mais distantes e precários para população mais pobre. São Luís assim como outras cidades brasileiras vem seguindo essa lógica com o rápido surgimento dessas novas formas de moradias, que se faz cada vez mais distante dos locais servidos de infraestrutura na cidade, bem como nenhum ou pouco acesso aos serviços de educação, saúde, saneamento básico e lazer.

Santos (1996), em seu estudo sobre a urbanização brasileira, atenta para o período de modernização agrícola do século XX, principalmente a partir da década de 1970, que reflete as características urbanísticas atuais, cujo *locus* é sobretudo a grande cidade em constante conflito com a zona rural - cidade atacando o campo. Nesse cenário, Lefebvre (1991) chama atenção para o movimento de explosão, decorrente da expansão da cidade, que teve como consequência a formação de áreas periféricas, com habitações irregulares e sem infraestrutura, resultando na formação de ambientes urbanos extremamente conflituosos sob a perspectiva socioambiental.

Seguindo essa perspectiva, Lima (2008) faz uma análise do processo de urbanização da cidade de Imperatriz, sudoeste maranhense, porção oriental da Amazônia legal sob o panorama das “frentes de expansão” e políticas públicas que reconfigurou a cidade, lhes atribuindo novas formas de ocupação do espaço. A referência aqui explanada é fundamental para compreender a nova relação entre o rural e o urbano após o processo de urbanização. Uma interessante questão que a autora levanta, embora não se debruce sobre ela no que se refere às definições do *rural*, é a sua associação ao que é arcaico, atrasado em contraposição ao moderno representado pelo urbano.

Assim sendo, a cidade grande é vendida como referência em detrimento do urbano, e nesse quesito a higienização social da cidade se faz pertinente na lógica financeira, que atrelada ao Estado retira dos centros urbanos os indesejáveis das áreas mais requisitadas da cidade, tornando ainda mais caro o valor do solo urbano. Lima (2008) faz uma reflexão sobre a urbanização brasileira contemporânea, tecendo críticas às feições adotadas desse processo na cidade de Curitiba, PR, que exemplifica bem essa questão.

No referido estudo a crítica da autora parte da contradição apresentada na cidade, uma vez que é vendida como cidade modelo, em detrimento das outras cidades brasileiras. Contudo, na realidade dispõe de um espaço fragmentado e cheio de desigualdades. Para ela, trata-se de uma urbanização corporativa e fragmentada que marginaliza e segmenta, que divide e penaliza a parcela pobre da população (LIMA, 2008, p.20).

No cerne, essa modernização da cidade projetada em modelos com base no mercado acarreta disputas tecnológicas e investimentos de capital entre elas próprias, levando em consideração que para vender uma cidade como uma cidade modelo é necessário propagar uma imagem positiva da mesma, apresentando ótimas ofertas de infraestrutura, bens e serviços, para que alcance êxito em seu objetivo, que é ser consumida. Assim, a imagem é levada em consideração na medida em que há uma inquietação no intuito de não perder pontos com os tomadores de decisões, bem como os agentes econômicos. A cidade aqui retratada faz referência, a uma pequena parcela populacional da sociedade que busca um alto padrão de vida, tornando a cidade em produção competitiva.

Consoante a isso, no artigo desenvolvido por Maricato (2013), a autora tece sua crítica quanto à real desigualdade social presente no Brasil. Explica que a cidade é um grande produtor de negócios, principalmente para os capitais que dispõem com sua produção, exploração do trabalho, arrecadando lucro, cobrando juros e rendas. Tomando como ponto de partida essa discussão, há conflito entre os que procuram melhores condições de vida e os que visam apenas lucrar. A disputa é aqui territorial, por melhor localização espacial, pois o preço é dado a partir de seus atributos.

Nesse âmbito, Nascimento (2016), em seu artigo, ao trabalhar questões relativas ao dissenso existente entre as políticas habitacionais e a ocupação urbana, explica que a sociedade contemporânea está estruturada pela disputa de espaço urbano e lugares, essencialmente a moradia. Por isso, no capitalismo contemporâneo tudo e a todo tempo parece estar reduzido à mercadoria.

Em contrapartida, essa rápida expansão da cidade, que retira os indesejáveis dos espaços mais requisitados dos centros urbanos, não disponibilizando da mesma infraestrutura para que esses possam ter qualidade de vida, leva-os a se instalar em áreas consideradas menos valorizadas, por serem distantes das áreas centrais da cidade, como no caso das habitações no interior da Área de Proteção Ambiental e no entorno da Comunidade do Maracanã. Para Castells (1983), essa ideologia produzida pela classe dominante, influencia diretamente no desenvolvimento desigual das cidades.

As instalações dessas habitações nessa região deram-se através da implantação de empreendimentos de baixo padrão, estruturados de forma precária, como os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, mas ainda assim são legalizados pelo Estado. Conforme Moraes (2017), em vista disso, há um conflito entre moradia e preservação ambiental, haja vista que a implantação desses empreendimentos dentro da área representa uma ameaça ambiental para Área de Proteção Ambiental do bairro do Maracanã.

### **3. A COMUNIDADE DO MARACANÃ**

#### **3.1. Sobre a formação da comunidade do Maracanã**

A comunidade tradicional do bairro Maracanã está localizada na zona rural de São Luís, no Estado do Maranhão, considerada um bairro de classe média baixa, formou-se entre os anos de 1875 e 1888, área antes pertencente ao Distrito de São Joaquim do Bacanga. A única via de acesso à capital era através do povoado Furo, atual bairro Vila Maranhão, utilizando canoas sobre o igarapé do rio Bacanga.

A primeira estrada de acesso foi construída em 1973, denominada barragem do Bacanga e foi pensada, entre outras coisas, para permitir a ocupação imobiliária expandido as áreas urbanas, o que veio afetar à área já ocupada por famílias tradicionais que moravam na região. A parte urbanizada no bairro é consequente da presença de empreendimentos imobiliários e industriais. O, Maracanã assim como outras áreas rurais e por ser um espaço periurbano, situado na periferia de uma cidade, ainda está em constante processo de ocupação (MORAES, 2017, p.83).

A comunidade está inserida em uma Área de Proteção Ambiental que apresenta características tipicamente rurais, com uma vasta área verde em sua paisagem natural, como vegetação nativa, cerrada e fechada. Todavia, decorrente do processo turbulento da construção do espaço, isto é, ritmo acelerado de expansão urbana da cidade que vem sofrendo, essa diversidade ambiental tem suportado profundos impactos. No bairro é possível encontrar ruas com esgoto a céu aberto, sem água encanada e sem asfalto. A comunidade residente no bairro do Maracanã é centenária e possui mais de mil habitantes, com famílias tradicionais com formas próprias de organização social. A área é composta por uma rica diversidade de atrativos naturais, culturais, religiosos e históricos. Dentre os bens naturais, destacam-se os juçarais e buritizais.



**Figura 1 - Juçarais provenientes de fundo de quintais. Fonte: Carla Souza.**

Os juçarais estão situados na beira das ruas e no meio de riachos, córregos e nascentes que atravessam os fundos de quintais das residências, utilizados pelas famílias da comunidade para consumo próprio ou para venda, em especial a juçara, que é o principal bem comercializado. Uma parte da comunidade trabalha no Distrito Industrial, por estar localizado próximo à comunidade, enquanto outros sobrevivem da venda da juçara. Outrora, as atividades desenvolvidas pelos antigos moradores consistiam ainda em criação de pequenos animais, agricultura de subsistência, atividade pesqueira e turismo, que era desenvolvido no interior da APA. Entretanto, decorrente dos impactos ambientais causados na APA, tais atividades tornaram-se inviáveis.

Das manifestações culturais enfatiza-se o bumba meu boi de Maracanã com seu barracão, localizado na comunidade e celebrado no mês junho, fazendo referência à fé e devoção aos santos do catolicismo.



**Figura 2 - Barracão do Boi de Maracanã. Fonte: Carla Souza.**

Entre os santos mais conhecidos, estão São João, santo da fé que rege o bumba meu boi, Santo Antônio, São Pedro e São Marçal. O bumba meu boi é um auto popular, nacionalmente conhecido, que simboliza a formação das etnias formadoras do povo brasileiro, a saber: indígenas, europeias e africanas representadas numa popular dramatização das relações sociais e econômicas entre patrão e subalternos (SILVEIRA, 2014, p.66).

Não há confirmação documental a respeito da origem do bumba meu boi, por se fazer presente em diferentes países da Ásia, África, América Central e do Norte. Todavia, Silveira (2014) explica que existem estudos que relacionam suas raízes históricas no Brasil, com o ciclo do gado, em meados do século XVII e XVIII, período de grande ascensão simbólica e econômica do animal que era utilizado como mão de obra escrava.

No Maranhão, sua origem provavelmente vem da região norte do estado, no município de Guimarães, manifestação cultural proveniente das práticas brincantes desenvolvida pelos escravizados nas fazendas de engenho. Assim, esta é também uma manifestação religiosa, como forma de retribuir a gratidão pelas graças alcançadas. Para Castells (1983), a cultura reflete um sistema de comportamentos, composto por distintas unidades, a criação pelo homem das formas espaciais que afeiçoam a natureza por meio da produção de valores.

As manifestações religiosas têm origem afro-brasileira, com festejo de santos, como a festa de reisados, que é uma homenagem ao Deus menino no presépio, ou de Reis em Maracanã, uma vez que, anterior a este, havia outras festas de Reis, como a festa de Reis em Alegria, que distinguiam-se entre “Reis das Nuvens” e “Sempre vive”, que eram um dos

espaços sociais, no qual afloravam-se as diferenças entre a cor da pele das pessoas, chegando até mesmo a serem interditadas das festividades (ARAÚJO, 2012, p.45).

Desta maneira foi iniciada na década de 1930, a festa de Reis no Maracanã, uma cerimônia que mistura cânticos, rezas e ladainhas cantadas em latim por uma rezadeira da comunidade, e onde sua representatividade diz respeito à não aceitação da discriminação, consolidando na comunidade o sentimento de pertença e benevolência. Nesta, a festa de Reis distingue-se em duas versões: a festa de “Reis Pobres” e “Reis Ricos”, como forma de eternizar a lembrança da formação do bairro, que se originou no processo de ocupação e organização territorial por diferentes grupos à época.

É importante ressaltar, ainda que brevemente, sobre o passado contribuinte na formação da comunidade do Maracanã, por favorecer a compreensão da sua identidade. Isto posto, existia outrora duas comunidades: Maracanã e Alegria, conforme elucida Araújo (2012), e entre ambas era recorrente a presença de diversos conflitos oriundos da diferença racial, que as constituíam respectivamente, isto porque a Comunidade de Alegria era formada por pessoas predominantemente de pele branca, que consideravam-se superiores às pessoas da Comunidade do Maracanã, devido à negritude de suas peles.

Por atribuição daqueles, os territórios foram demarcados à época, distintamente entre “terra de brancos” e “terra de pretos”. Deste modo, a distinção entre a festa de Reis em Alegria e Maracanã remete à lembrança dos períodos colonial e imperial no Brasil. Isso por ter sido uma época marcada pela escravidão, com ênfase à população indígena aqui existente e negros trazidos da África e escravizados, ocorrendo, por esse motivo, muitos casos de fugas, refugiando-se em quilombos formados por eles próprios, como ato de contestação frente à dura realidade a qual eram expostos.

No Maranhão, os povos escravizados fugidos das fazendas foram encontrados ali formando um quilombo, ajudando assim a dar origem à comunidade do Maracanã. À vista disso, Araújo (2012) explica que esses conflitos pela cor da pele são decorrentes da conjuntura histórico-social do Maranhão escravagista, uma vez que as celebrações de reis no Maracanã surgiram há menos de cinquenta anos após a abolição da escravatura. Nesse contexto, diante da falta de condições materiais, os ex-escravos pediam auxílio de porta em porta para realizar a festa de Reis, inspirando a festa de “Reis Pobres”. Consoante a isso, a festa de “Reis Ricos”, ou como antes era denominada, “Reis do Alecrim”, por conta das finas vestes, teve sua denominação mudada, inspirada em famílias que faziam compras de pequenos lotes e terrenos na área para ali habitar.

Apesar de haver grandes desigualdades de classes sociais, que marcou as diferenças entre os moradores na época, esta prerrogativa não perdura nos dias de hoje, ficando apenas no campo simbólico já que não há distinção alguma entre ambos, pois todos da comunidade são envolvidos no festejo de igual modo. Assim sendo, essas relações têm possibilitado a integração entre as pessoas, fundamentalmente em épocas de festejos, consolidando assim o sentimento de pertença à identidade do Maracanã.

Desta forma, a festa de Reis no Maracanã é também uma prática de lazer que reúne amigos, parentes e vizinhos que compartilham desses momentos de afeto e gratidão à natureza, renovação de vínculos e deveres em defesa do território, além de colaborarem com as variadas festas religiosas na comunidade. Esta atividade festiva é, portanto, antes emergente de uma experiência coletiva historicamente construída, como forma de expressar a maneira de viver, criar e fazer na Comunidade do Maracanã (SHIRAIISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018, p.48).

A Festa do Divino é uma devoção ao Divino, com homenagens ao império, formado por um casal de mordomos-mor, um casal de mordomos-régios e um casal de imperadores, representados por membros da comunidade, incluído crianças, além da participação das caixeiras que entoam cantigas de louvor, batendo numa espécie de caixa com couro de bode. Além da festa de Reis e do Divino, há ainda a tradicional festa da juçara, que tem o objetivo de comercializar o fruto existente no local, realizada desde de 1970, no Parque da Juçara, no Maracanã. Há mais de cinquenta anos, no mês de outubro, por ser o mês considerado pico da safra do fruto, ocorre a festa.



**Figura 3 - Parque da Juçara, na comunidade do Maracanã. Fonte: Carla Souza.**

O Parque da Juçara dispõe de 30 barracas de alvenaria padronizadas, onde os moradores da comunidade comercializam também comidas típicas e bebidas. Nos dias de

semana funcionam seis barracas e as demais funcionam aos domingos. Nesse período de atividades festivas, além da venda da juçara, comidas típicas e bebidas acontecem ainda shows, apresentações de grupos de cultura local, exposição e venda de artesanatos, muitos destes produzidos com palha de buriti pela comunidade local.

O fruto da juçareira, apesar de movimentar a economia local, intensificando-se especialmente nesse período do ano, para a comunidade não possui apenas valor de troca, mas tem importante valor simbólico que vai além dos interesses econômicos. Ela representa sua forma de se relacionar com a natureza, provenientes de saberes e práticas tradicionais socialmente construídos. Como explica “Seu” André, antigo morador da Comunidade:

A juçara aqui só dá uma vez no ano, em setembro começa a ficar boa, mas só vai ficar madura no mês de outubro que é o pico da safra, no resto do ano não dá juçara, a gente espera chegar no tempo de ficar madura pra tirar do pé, porque foi assim que a gente aprendeu e quando chega o tempo de tirar do pé tem que ser com gancho, porque é diferente do buriti que cai no brejo (07.08. 19)

Deste modo, faz-se perceptível, além do respeito com o tempo da colheita e os cuidados com os juçarais no momento da retirada dos frutos, a generosidade em compartilhar a distribuição da produção entre as famílias que usufruem desse bem, mostrando o respeito que os antigos moradores da comunidade têm com seus ancestrais, em cultivar os saberes e práticas que lhes foram ensinados desde a infância, compartilhando e preservando a vegetação nativa local. Esses conhecimentos são repassados desde cedo de geração a geração. As práticas de colheita e manejo dos frutos, bem como a maneira de coletá-los, a forma como são retirados dos cachos, a identificação dos frutos maduros e a extração da polpa é um aprendizado que envolve observação, oralidade e prática cotidiana (SHIRAISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018, p.77).

Contudo, essa rica diversidade tem sofrido uma ordem de problemas socioambientais decorrente do processo de expansão urbana na capital, desde a década de 1970, com o surgimento de “ocupações” locais e a instalação do Distrito Industrial, em São Luís. Segundo MORAES (2017), esse período de “modernização” do Estado esteve assegurado no programa desenvolvimentista dos governos militares, apoiado por setores da burguesia, provocando profunda modificação nas relações sociais do Maracanã, que ao longo do tempo vem perdendo suas características rurais, passando a adquirir feições urbanas (LIMA 2000, p.63).

### 3.2. Criação da Área de Proteção Ambiental do Maracanã

A Área de Proteção Ambiental do Maracanã está localizada na zona rural do município de São Luís, a sudoeste do Maranhão, o que torna sua localização estratégica por fazer divisa com as regiões norte e nordeste, apresentando assim uma valiosa diversidade natural, como dunas, mangues, rios, praias, floresta amazônica e floresta do babaçu (MORAES, 2017, p.28).

Uma Área de Proteção Ambiental (APA), conforme a Legislação brasileira, tem como finalidade preservar os recursos naturais e a biodiversidade orientando e adequando as atividades humanas relativas ao acesso, ocupação e exploração de maneira sustentável, direcionando toda atividade a ser realizada na área, de seu uso controlado para que o ecossistema da área não seja prejudicado. É de competência dos órgãos governamentais a fiscalização da apropriação e exploração dessas áreas. Deste modo, localmente, por conta das ações antrópicas de degradação ambiental após instalação de empresas no Distrito Industrial, o Maracanã vinha sofrendo por estar situado próximo a este, da ALUMAR (Consórcio e Alumínio do Maranhão) e do Aterro Sanitário da Ribeira. O governo do Estado estabeleceu o Decreto Estadual número 12.103, de outubro de 1991, criando a Área de Proteção Ambiental do Maracanã (MARANHÃO, 1991). Conforme fragmento do Decreto Estadual:

**Art. 1-** Fica criada, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental- APA da Região do Maracanã, com objetivo, dentre outros, de disciplinar o uso e ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, a integridade biológica das espécies, os padrões de qualidade das águas.

Essa área passa a ser entendida pelo Governo do Estado como passível de ameaças de degradação, provocadas pela ação degradante do homem com o meio ambiente e pelo crescimento do Parque Industrial da Capital, sendo decretada como uma Unidade de Conservação (UC). Este termo foi concedido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e regulamentado pela Lei n°. 9.985, de 18 de julho de 2000, que se refere às áreas suscetíveis de proteção por suas características especiais, ou seja, são áreas protegidas pela Legislação Brasileira, que criou o SNUC como o sistema legal e específico, regendo a criação das UCs. Nelas são estabelecidas normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação brasileiras (MORAES, 2017, p.67). Complementando:

São espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei (PLANALTO, 2000).

Deste modo, a função das Unidades de Conservação é preservar o patrimônio biológico existente, bem como a representatividade local de porções significativas e ecologicamente viáveis das mais diversas populações, habitats e ecossistema do território brasileiro, garantindo às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais, além de atividades econômicas sustentáveis. Assim sendo, as atividades com viés econômico são permitidas nas APA's desde que sejam praticadas de forma sustentável, preservando e conservando os animais ameaçados de extinção, a biodiversidade, os recursos hídricos e as paisagens naturais (BRASIL, 2000).

Há dois grupos de unidades de conservação no SNUC, correspondente aos objetivos de manejo e tipos de uso, que são as unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. A primeira visa preservar a natureza, sendo permitido apenas uso indireto dos seus recursos naturais, sem que haja consumo, conforme artigo 2, inciso VI, da Lei 9985/00:

“proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas uso indireto dos seus atributos naturais” (PLANALTO, 2000).

Por sua vez, as unidades de uso sustentável objetiva compatibilizar a conservação da natureza com uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Deste modo, uma Área de Proteção Ambiental é uma unidade de conservação federal, pertencente ao grupo de UCS, de uso sustentável, conforme artigo 2º, inciso XI:

Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viáveis (PLANALTO, 2000).

As APAs são assim definidas como “áreas em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos ou bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2000, p. 14). As APAs podem ser estabelecidas em áreas de domínio público ou privado, pela União, Estado ou município, sem necessidade de desapropriação das terras privadas, contudo, as atividades e usos desenvolvidos estão sujeitos a regras.

Em terras privadas é de responsabilidade do proprietário, observadas as restrições legais, criar, dispor regras para visitação e pesquisas, estando também sujeito a seguir restrições de uso em sua propriedade. As terras que estiverem sob domínio público são de responsabilidade do órgão gestor da unidade, que deve estabelecer condições para pesquisa e visitação. O SNUC não prediz qual Conselho deve atuar nas APAs, ainda assim são definidas

como Consultivos, para orientar, fiscalizar, auxiliar e aconselhar a gestão da pequena e média organização, na resolução dos problemas relativos à mesma (MORAES, 2017, p.80).

Há ainda a existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) dentro das APAs. Contudo, as APPs, diferentemente das APAs, são áreas intocáveis, em que não é permitido qualquer tipo de construção, nenhuma prática de cultivo ou exploração econômica. Isto posto, JULY (2011) em seu artigo, ao discutir questões relativas às APPs dentro Legislação brasileira, explica que a ideia de se proteger áreas representativas dos ecossistemas naturais de um determinado ambiente nacional, surgiu com a criação do Código Florestal de 1934, onde as áreas protegidas foram definidas pela legislação ambiental brasileira como APP (BRASIL, 1934).

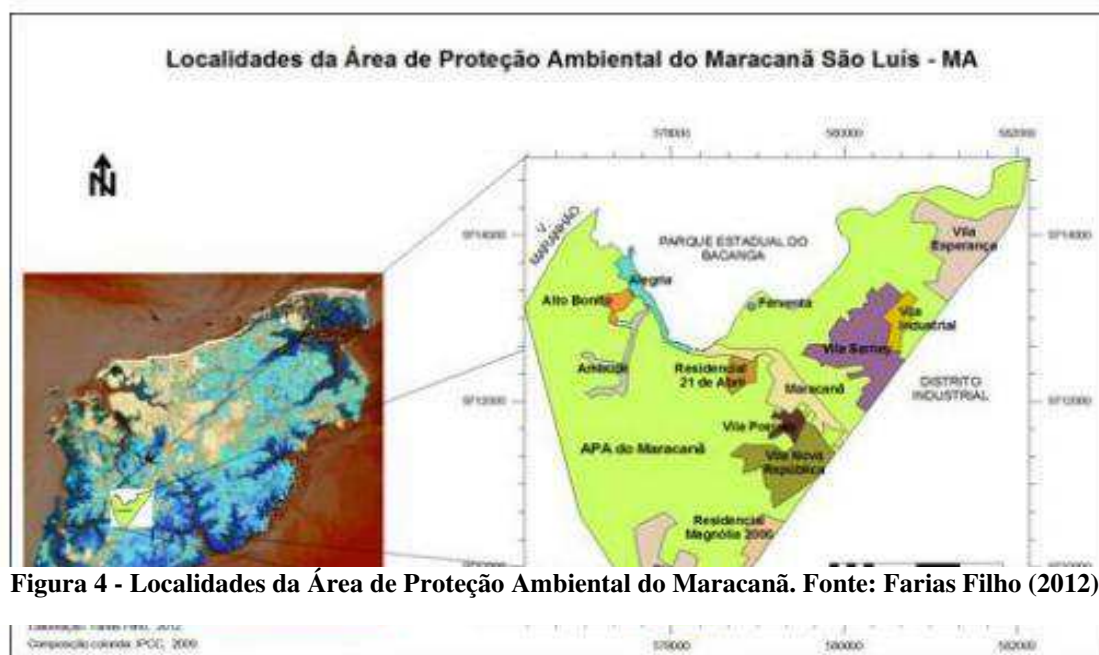
Após a edição do segundo Código florestal, em 1965, as APPs passaram a ser instrumento disciplinador declarando a existência das diversidades florestais no território nacional, como bens de interesse comum a toda a população, limitando o uso da propriedade rural a seus proprietários. Em sua terceira edição, segundo a Legislação Ambiental brasileira, bem como a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as APPs são áreas na faixa marginal dos rios, topo dos morros, próximas às nascentes, com terrenos acima de 1.800m.

Uma APP só é efetiva a partir da sua localização geográfica, seja na zona rural ou urbana (BRASIL, 2012). Desta maneira, as APPs estão ligadas diretamente às funções ambientais, por fornecimento de bens e serviços fundamentais à população, e ambos se referem à regularização da vazão, retenção de sedimentos, conservação do solo, recarga do lençol freático, ecoturismo e biodiversidade da área (JULY, 2011, p.18).

O órgão público responsável pela sua condução no estado maranhense é a Secretaria de Estado e Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão (SEMA), através da Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas (SBAP). O decreto de criação da APA equivale ao primeiro instrumento normativo utilizado, no qual estão contidas importantes informações sobre a conservação da APA. De acordo com o regulamento do SNUC, o documento deve apontar a denominação, categoria de manejo, objetivos, limites, extensão territorial, órgão responsável pela administração, atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional, a população beneficiária e residente em determinadas categorias de UCS.

Por estar inserida na região da Amazônia Legal, a APA do Maracanã possui uma vasta diversidade de fauna com espécies de aves, como juritis, rolinhas, pipiras azuis e peixes como traíra e acará; flora presente da Zona de mata de galeria, com abundantes espécies de árvores frutíferas, leguminosas e gramíneas (SANTOS; SANTOS, 2011, p. 65). A APA está situada no bairro do Maracanã, com uma distância de 25 quilômetros do centro da capital, possuindo uma área de 1.831 hectares, englobando localidades do Maracanã, Vila Sarney, Fermenta, Alto Alegre, Vila Esperança, Rio grande e parte da Vila Maranhão, Vila Industrial e Vila Primavera (OLIVEIRA; FARIAS FILHO, 2012, p. 39). Os rios que cortam a APA são: Rio Grande e a microbacia do rio Maracanã.

A APA do Maracanã é uma Unidade de Conservação Estadual voltada para o uso Sustentável, portanto, pode haver ocupação humana, desde que respeitando os critérios de



sustentabilidade. Nesse âmbito, essas unidades existem para conciliar a ocupação humana na área e o uso sustentável de seus recursos naturais. Detentora de um abrangente número de fragmentos de vegetação remanescente da flora nativa de São Luís, possui floresta de galerias intervalado por igarapés de água doce, terras baixas e formações colinosas.

O clima característico local é tropical quente e úmido. A típica vegetação ocorre ao longo dos rios e planícies inundáveis (vegetação de várzea) e apresenta solo de terra preta, rica em matéria orgânica. Assim, a deposição de sedimentos e da matéria orgânica submersa torna os solos de várzea naturalmente férteis, produzindo muitas árvores frutíferas presentes em parte da APA, com destaque para a juçara, o babaçu e o buriti, além do bacuri e cupuaçu na outra parte (MORAES, 2017, p.39).

Ao analisarem as diferentes abordagens do espaço geográfico e a forma de organização da APA do Maracanã, Oliveira e Farias Filho (2012) explanam em seu artigo que a criação da APA remete não apenas ao contexto ambiental, mas também ecológico, econômico, cultural e social do espaço em que está inserido. Nesse sentido, as Áreas de Proteção Ambiental, originalmente criadas no Brasil com a promulgação da Lei nº 6902/81, primeiro dispositivo legal a tratar sobre a criação e o objetivo desse tipo de área protegida, são atualmente reguladas como categoria de Unidade de Conservação, através da Lei nº 9.985/2000.

A criação das APAs pode partir do Governo Federal, instância Estadual ou Municipal de acordo com a necessidade de proteção e outras questões ambientais relevantes que a distingue das demais (BRASIL, 1981). O artigo 8º diz que:

O poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais (BRASIL, 1981).

Um fator importante, considerado um marco característico da APA, diz respeito à presente busca pela conciliação entre o desenvolvimento econômico e social da área atrelado a sua proteção ambiental, uma vez que seu objetivo é proteger a biodiversidade, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. O poder público tem o domínio das terras, que estão sujeitas a restrições de uso do solo e dos bens naturais, conforme os objetivos de proteção da área, através de ações de planejamento e gestão ambiental.

De acordo com a Lei nº 9.985, cada APA deve possuir regras que redigam seus usos, bem como o Plano de Manejo e o Zoneamento do Plano de Manejo. Todavia, a APA do Maracanã não possui um plano de manejo nem zoneamento do plano de manejo para conduzir e disciplinar as atividades relativas ao território protegido. Desta forma, a ausência de entidades gestoras e instrumentos de gestão deixa uma lacuna entre o objetivo pretendido pela criação da APA e os instrumentos e ações contrariam as regras da UC, concernente ao processo de urbanização da cidade de São Luís.

Diante disso, a falta da elaboração do seu plano de manejo, isto é, conforme o artigo 2º, inciso XVII, diz que:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento (definição de setores ou zonas em UC, com objetivo de fornecer meios para que os objetivos das unidades sejam alcançados) e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade.

Concomitante, o segundo art. 27, inciso 1º, do SNUC determina a existência de um plano de manejo nas Unidades de Conservação:

As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo e devem abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo é o principal instrumento de planejamento e gestão das Unidades de Conservação, tendo como objetivo conduzir a gestão e promover o manejo dos recursos naturais, incluindo toda a sua área, corredores ecológicos, com medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000). De acordo com a Lei do SNUC é considerado manejo “todo e qualquer procedimento com fim de assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas” (art. 2, inciso VIII).

Entretanto, diante da falta do plano de manejo da APA, esta não se encaixa totalmente no SNUC. Com a criação da UC, o artigo 27, inciso 3º, do SNUC, conjectura um prazo de cinco anos para a criação do plano de manejo: “O plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (BRASIL, 2000).

Contudo, esse prazo venceu desde 1996. Ainda assim, o Decreto 4.340/02 estabelece a formalização e implantação de ações de proteção e fiscalização (MORAES, 2017, p.58). Conforme prevê seu artigo 29: a autorização para exploração comercial de produto, subproduto ou serviço de Unidade de Conservação deve estar fundamentada em estudos com viés econômico e investimento elaborados pelo órgão executor, ouvido o Conselho da Unidade” (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, observa-se que a criação das áreas de proteção ambiental, bem como áreas de preservação permanente não têm sido respeitadas, uma vez que os problemas causados nessas áreas, provocados por ações antrópicas, não vêm sendo resolvidos. O agravamento decorrente da maneira que a cidade vem se expandido, frente à expansão imobiliária, acirrou os conflitos entre natureza e urbanização, haja vista que os impactos ambientais, como no caso do Maracanã, decorrente de ocupação nessas áreas, degradando os bens naturais locais, a biodiversidade, promove a segregação socioespacial com a realocação da população de baixa renda dos centros urbanos para áreas de zona rural, por ser um local mais distante dos centros urbanos da cidade.

Segundo JULY (2011), na prática essa situação diz respeito a situações em interesses estão em jogo e as empresas adotam seus próprios mecanismos, entendidos como vantajosos para a organização do ponto de vista da comercialização. A urbanização no espaço das unidades de conservação do Maracanã reflete essas drásticas consequências aos recursos naturais. A cidade é assim construída pela relação de forças entre atores sociais que as transformam conforme seus interesses e objetivos.

### **3.3. Implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida no Maracanã**

Rufino (2016), ao discutir em seu artigo as mudanças ocorridas nas periferias das grandes cidades, ocasionada pela expansão imobiliária no Brasil devido ao lançamento do PMCMV, explica que historicamente o mercado imobiliário no país tinha um caráter restritivo, com ofertas de imóveis de luxo em áreas mais valorizadas da cidade, restando à classe média se apropriar de recursos de subsídios na promoção pública de imóvel, deixando a população de baixa renda sem escolha, com a ocupação de terras e construção ilegal. Tais ações acabam resultando na concentração das famílias que não possuem valor aquisitivo em condições de moradias precárias.

Com a Constituição Federal de 1988, a política habitacional passa a ser um direito social, com a finalidade de promover a minimização do déficit habitacional na cidade, proporcionando melhorias de infraestrutura, bem como serviços básicos, além de disponibilizar condições de moradia em áreas precárias e a posse de terra, tornando propício residir no local, de modo que o responsável em garantir a sua execução é o Estado.

Desta forma, o Programa Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional que foi lançado em 2009, no segundo mandato de ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.977/09, cujo objetivo era criar amplas condições para o mercado habitacional direcionadas às famílias com renda de até 10 salários mínimos, dinamizando assim a construção civil e tornando-se um importante instrumento para reduzir o déficit habitacional no país. Conforme o artigo 1º:

O Programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal inferior a 4.650,00 (PLANALTO, 2009).

O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma iniciativa do Governo Federal que proporciona condições para adquirir a moradia própria, através de formas de financiamento,

por meio da aplicação de subsídios, seja em áreas urbanas ou rurais, em parceria com estados, municípios, empresas, entidades sem fins lucrativos e da Caixa Econômica Federal, seu principal agenciador operacional. O programa financia moradias populares com prestações abaixo do valor de mercado, onde o juro cobrado é significativamente menor que o cobrado pelos bancos, num período que pode se estender em até 30 anos.

Os empreendimentos do PMCMV são válidos apenas nas cidades parceiras do programa e com mais de 50 mil habitantes; com taxas de juros que variam de acordo com a renda bruta familiar, dividido por faixas. A seguir tabela:

| <b>Faixa por famílias</b> | <b>Renda mensais</b> | <b>Taxa de juros e subsídio</b>                                   | <b>Prestações do imóvel/ juros ao ano</b> | <b>Meses de pagamento</b> |
|---------------------------|----------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|
| Faixa 01                  | até 1.800,00         | Inferior a esse valor tem subsídio de até 90 % do valor do imóvel | 80, 00 a 270,00                           | 120 meses                 |
| Faixa 1,5                 | até 2.600,00         | Tem subsídio fixo de até 45, 5 mil e juros reduzido               | Juros 5% ao ano                           | Até 30 anos               |
| Faixa 02                  | até 4.000,00         | Tem subsídio fixo de até 29 mil e juros reduzido                  | Juros de 5, 5% e 7%                       | 30 anos                   |
| Faixa 03                  | Até 7.000,00         | Somente juros reduzidos                                           | 8,16% ao ano                              | 30 anos                   |

**Tabela 1 – Condições de Financiamento de Imóvel por renda bruta familiar. Fonte: Caixa Econômica Federal, 2010.**

A proposta almejava equilibrar os problemas relativos à questão social, com a geração de empregos, considerando para isso a ativação do mercado imobiliário, para garantir subsídios à população de baixa renda.

O PMCMV é administrado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, criado em 2003, dando um grande enfoque para a habitação popular. Sob a coordenação do Ministério das Cidades foi elaborada em 2004 a Política Nacional de Habitação (PNH), que teve como princípio disponibilizar acesso à moradia digna a todos os cidadãos brasileiros, principalmente aos de baixa renda, no qual é participante o PMCMV.

Diante disso, o PAC, surge em 2007 com a proposta de promover o desenvolvimento econômico no país, deixando boa parte do investimento para o setor

habitacional. Assim sendo, foi com a crise internacional de 2008 que o PAC no qual está inserido o PMCMV surge como uma espécie de “bote salva-vidas”, tendo em vista que a crise ameaçou a qualidade no andamento de grandes empreendimentos em construção.

Deste modo, o Governo Federal através do lançamento do PMCMV, ampara o mercado, garantindo a solvência dos estoques construídos, contornando assim a crise por meio de investimentos e aplicação de diversos recursos na construção civil (RUFINO, 2016). Tal fato pode ser observável na explanação Carvalho e Medeiros (2017), em seu artigo sobre o papel do PMCMV no processo de construção das cidades: “o fenômeno contemporâneo de construção das cidades teve como contexto o ciclo de crescimento econômico nacional, que estimulou a atividade de construção civil para o enfrentamento da crise econômica” (CARVALHO, MEDEIROS, 2017, p. 57).

Nesse contexto, os estudos de Petreca (2015) sobre o surgimento do PMCMV frente a crise de 2008, é aqui de fundamental importância na medida em que nos ajuda a compreender como ocorreu esse processo. A autora explica que a crise de 2008 eclodiu em meio a crise imobiliária dos Estados Unidos, juntamente a uma ordem de falências em instituições pelo mundo, que ficou conhecida como a crise do *Subprimes*. O *Subprime* era a forma de financiamento da casa própria à população de baixa renda. Assim, a crise refletiu na queda da economia brasileira, devido à queda das economias internacionais e da crise do crédito dos mercados.

É a partir da crise de 2008 que as instituições públicas fazem parcerias com as privadas, colocando em evidência seu principal objetivo: melhorar a distribuição de renda, melhorar o investimento público e do mercado interno (PETRECA, 2015, p.74). Na atual realidade, esse processo se converteu em circulação de dinheiro, para fins de consumo e finalmente lucros, a exemplo do Maracanã, onde a compra dos terrenos foram feitas na zona rural por ser valores mais baratos.

Nos estudos de Soares, Carvalho, Filho e Pinto (2013) sobre o PMCMV e a atuação do Estado na garantia o direito à cidade, os autores relatam que isso acontece devido aos fluxos de capitais relacionados à renda fundiária circulando pelo mercado a partir das atividades imobiliárias. Como com a construção do referido programa, as construtoras têm adquirido vultuosos ganhos, esses dependem da aquisição de solo barato, que estão nas áreas distantes da malha urbana, e nesse encargo o poder público se omite deixando a cargo das incorporadoras a escolha do local que será implantado os empreendimentos. Contudo vale ressaltar que os estímulos para redução de juros e meios criados no Governo Lula, como o aumento real do

salário mínimo, abrangência do crédito dos bancos públicos e habitacional fundamentalmente, foram importantes fatores para que a crise fosse driblada.

Petrecá (2015) chama atenção ainda para o fato de o PMCMV se valer de uma política neodesenvolvimentista, que passou por uma manutenção no início do governo Lula, antes denominadas medidas neoliberais, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Mediante as novas propostas a dessa política macroeconômica, está a que estimule o investimento e poupança. A “substituição” do neoliberalismo, ou seja, o neodesenvolvimentismo, atribuiu à moradia valor de troca. O esgotamento imobiliário, do qual escapam as incorporadoras, torna o mercado popular novamente lucrativo para as empresas imobiliárias e construção civil. Destarte, o programa refletiu numa série de mudanças de ordem social, política, econômica, além de territorial no país mediante ao uso e ocupação do solo de forma desordenada.

O programa tem ajuda do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que é um fundo associado a projetos habitacionais e financiamentos imobiliários de natureza privada, com prazo indeterminado de duração, que tem a Caixa Econômica Federal como sua administradora. De acordo com a Lei nº 10.188/2001, no seu artigo 1º, “Fica instituído o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento de necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra” (PLANALTO, 2001). Ademais, o fundo garante a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez do titular, assumindo ainda despesas por danos ao imóvel, condicionadas por fatores externos.

A participação no PMCMV exige ao indivíduo além de se enquadrar no perfil das faixas de rendas previstas, que seja feito um cadastro junto à prefeitura local, de onde os empreendimentos serão instalados, tendo em vista que a seleção dos beneficiários é de competência dos Municípios. Nesses termos, a responsabilidade de avaliação e seleção das famílias beneficiadas é da Caixa Econômica Federal. As moradias são padronizadas em modo horizontal ou vertical, este último com maior expansão, sendo casa ou apartamentos com cinco cômodos, divididos entre sala, banheiro, dois quartos e cozinha.

Segundo Nascimento (2016) essa parceria público-privado tem implementado tipos rígidos de residências, como os apartamentos como poucos metros quadrados, de dois quartos, atendendo ao padrão médio de família, organizado em edifícios em “fita” ou formato “H”, dispostos em condomínios privados construídos em áreas periféricas, sem infraestrutura, provocando um quadro de segregação socioespacial nas cidades.

Em São Luís, o mercado de compra e venda de moradias direcionado às populações de média e baixa renda tornou-se um grande veículo de oferta de imóveis da construção civil,

em especial o PMCMV, cujo principal público direciona-se às famílias com renda de até R\$ 1.800,00 por mês. Como consequência, o programa acabou elevando a concentração da construção de empreendimentos de grande porte em áreas periféricas e zona rural, além do aumento do contingente populacional nessa área. Isso se deu porque muitos dos moradores advêm em sua maioria de locais com certo nível de periculosidade, que veem nesse programa a oportunidade de adquirir a casa própria, mas que para a comunidade acarretou em grandes transtornos.

É possível verificar tal assertiva com o depoimento da senhora Ivonete, moradora da comunidade há 47 anos, ao dizer:

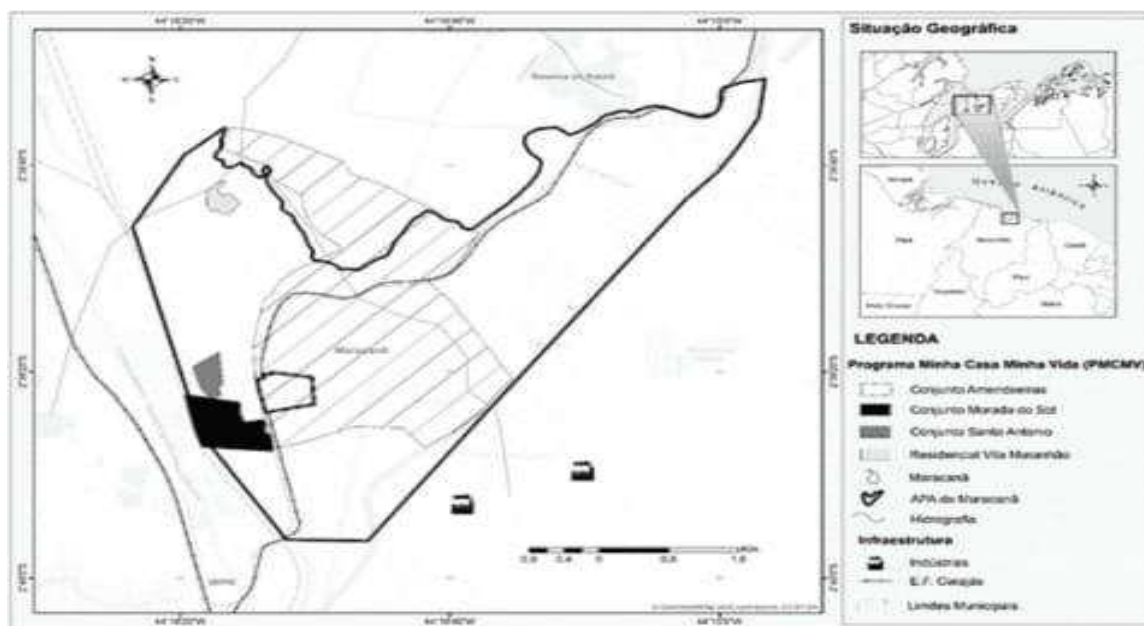
A gente escuta que esses povos que chegaram, moravam em beiras de mangues, em palafitas e nos bairros ‘perigoso’; que botaram para morar aqui porque não tinha casa. Isso foi bom só para eles, que conseguiram lugar para morar, porque pra gente mesmo não foi nada bom (2019).

Diante disso, Nascimento (2016) chama atenção para o fato de que apesar das regras e exigências do PMCMV pela Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, é notório o protagonismo das construtoras na definição espacial, construtiva e territorial, formando um padrão nacional de moradia social, acatado pelos municípios, não se preocupando com as características físicas da área, bioclimáticas e menos ainda com as necessidades habitacionais dos moradores, o que vem consequentemente refletir em diversos conflitos e impactos socioambientais, principalmente por se tratar de uma área de Proteção Ambiental.

Com a produção atrelada ao mercado imobiliário e o capital financeiro, as premissas sociais do PMCMV colocam-se em cheque, observando que cada vez mais esses empreendimentos são construídos em áreas consideradas desvalorizadas, reforçando a ideia de que ‘o pobre tem seu lugar’. Nessa perspectiva, o estudo feito por Gondim (2012) nos leva a refletir sobre a forma de produção do espaço urbano, na medida em que traz a discussão da relação do espaço urbano e meio ambiente, no avanço da ocupação nas áreas de preservação ambiental por políticas habitacionais.

A autora explica que o processo de construção das cidades tem sido influenciado pelos interesses individualistas dos empresários do setor imobiliário, cuja atuação tem fins especulativos, amparado pela ideia privatista de propriedade fundiária, que tem se sustentado no ordenamento jurídico brasileiro, restando aos pobres áreas sem infraestrutura adequada para ocupação, periferias, incluindo as APAs.

Abaixo, a localização dos conjuntos habitacionais:



**Figura 5 - Conjuntos habitacionais na APA, no Maracanã. Fonte: Shiraishi Neto, Lima, Alcobaça, 2018.**

A instalação dos empreendimentos habitacionais do PMCMV, na APA do Maracanã, correspondem a um total de quatro unidades habitacionais, distribuídas em etapas, sendo elas: Residencial Amendoeira etapas I, II, III e IV, Santo Antônio I, II, Villa Maranhão I, II, III, IV, V e VI e Morada do sol I e II, este último entregue no presente ano de 2019. O residencial Amendoeira, Santo Antônio e Morada do Sol estão nas proximidades da comunidade.

A prefeitura de São Luís, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), é quem está organizando a participação dos cidadãos no programa, que consiste em algumas fases, como inscrição através do site da secretaria, sorteios eletrônicos dos nomes dos selecionados. Após, é solicitada a entrega de documentos com a produção de um dossiê e verificação do CDÚNICO - Cadastro único, que funciona como um banco de dados com informações do sorteado, com informações sobre a renda mensal, endereço e outras.

A Caixa Econômica Federal faz uma triagem, verificando 6 meses anteriores na vida do participante. Se aprovado pelo banco o cadastro volta para Prefeitura, que efetuará o sorteio do endereço do imóvel em que o beneficiário irá residir e por fim, feita a assinatura de contrato com o banco e entrega da chave.



**Figura 6 - Residencial Amendoeira, Maracanã. Fonte: Agência São Luis.**



**Figura 7 - Residencial Santo Antônio. Fonte: Ministério do Planejamento.**



**Figura 8 - Residencial Vila Maranhão. Fonte: Carla Souza.**



**Figura 9 - Residencial Morada do Sol. Fonte: Agência São Luís.**

Os residenciais instalados no Maracanã pelo PMCMV do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de São Luís, foi entregue à iniciativa privada, que efetuou a compra dos terrenos na área, por serem mais baratos, consequentemente fornecendo sobrelucros por sua localização.

Nesse sentido, a localização surge como o principal valor atribuído ao espaço, devido as vantagens lucrativas que a mesma pode gerar (NASCIMENTO, MATIAS, 2011). A

seguir tabela com o quantitativo de empreendimentos instalados por etapa e as suas respectivas construtoras:

| <b>Empreendimentos</b>     | <b>Etapa</b> | <b>Quant.</b> | <b>Tipo</b> | <b>Construtora</b> |
|----------------------------|--------------|---------------|-------------|--------------------|
| Residencial Amendoeira     | 1            | 500           | Casa        | Canopus            |
| Residencial Amendoeira     | 2            | 500           | Casa        | Canopus            |
| Residencial Amendoeira     | 3            | 300           | Casa        | Canopus            |
| Residencial Amendoeira     | 4            | 300           | Casa        | Canopus            |
| Residencial Santo Antônio  | 1            | 360           | Casa        | Lua Nova/GDR       |
| Residencial Santo Antônio  | 2            | 360           | Casa        | Lua Nova/GDR       |
| Residencial Villa Maranhão | 1            | 192           | Apartamento | Lua Nova           |
| Residencial Villa Maranhão | 2            | 288           | Apartamento | Lua Nova           |
| Residencial Villa Maranhão | 3            | 240           | Apartamento | Difusora           |
| Residencial Villa Maranhão | 4            | 224           | Apartamento | Difusora           |
| Residencial Villa Maranhão | 5            | 272           | Apartamento | Dimensão Eng.      |
| Residencial Villa Maranhão | 6            | 272           | Apartamento | Dimensão Eng.      |
| Residencial Morada do Sol  | 1            | 1.414         | Casa        | Canopus            |
| Residencial Morada do Sol  | 2            | 762           | Casa        | Canopus            |

**Tabela 2 – Residenciais e construtoras responsáveis pela obra. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.**

Ao todo foram 5.984 unidades habitacionais instaladas somente na área do Maracanã, representando para os beneficiários a concretização do sonho da casa própria, dada as facilidades de pagamento, com o pagamento de apenas de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensais, já que não há como escolher outros locais para morar. Essa lógica foi propagada pelo Estado como um “progresso” para a cidade, conforme pode ser atestado pela fala da “Dona” Regina:

A gente sabe que muita gente precisa de um lugar pra morar e essas casas pra quem vive de aluguel foi algo muito bom, mas deixou muito a desejar, porque não tem

infraestrutura, sem falar que destruiu a natureza aqui da APA e trouxe muitos conflitos (sociais) pra gente da comunidade, com a chegada dessas pessoas. Ai, mesmo longe de tudo, as pessoas aceitam morar pra cá, porque só de se sair de aluguel já é uma boa (2019).

Se por um lado o programa beneficia alguns cidadãos fornecendo moradia às pessoas que não possuem casa própria, por outro, gera transtornos aos novos moradores, por estarem localizados em locais distantes de áreas servidas de infraestrutura, e superlotação na comunidade, resultando na sua reconfiguração local.

Desta maneira, observa-se que a instalação desses empreendimentos impactou negativamente não somente no Maracanã, mas também aos moradores dos conjuntos. Para “Dona” Regina, as unidades habitacionais deveriam ser implantadas juntamente com serviços de infraestrutura:

O certo é fazer escolas, posto de saúde, posto de segurança, colocar mais ônibus para gente, porque só os daqui não dão conta. Porque eles só fizeram os conjuntos. Quando saiu os projetos, eles disseram que ia ter isso, mas tem desde de quando inauguraram... até hoje não tem nada. Se tivessem feito mais escolas e posto de saúde, por exemplo, melhoraria mais pra gente e pra eles, porque teria mais vagas. Aí, muitas vezes a gente tem que ir lá pra cidade para resolver as coisas, porque aqui é muito difícil (2019).

A carência de infraestrutura básica obriga os novos moradores a se deslocarem com viagens diárias extremamente cansativas para os centros urbanos, em busca de serviços básicos de assistência. A comunidade sofre com o aumento populacional na área, tendo em vista que o acesso aos serviços de assistência básica deu origem a verdadeiras disputas por vagas.

Essa produção massiva facilitada pelo fornecimento de subsídios vem acarretando diversos problemas urbanísticos e sociais às partes envolvidas, decorrente da expansão urbana da cidade, com habitações situadas em áreas predominantemente desvalorizadas, formando cidades periféricas com baixa mobilidade, carência de acesso ao comércio, hospitais e escolas, sendo obrigadas a realizar viagens diárias em busca de serviços de infraestrutura, nos centros urbanos. Com o decorrer dos anos essas políticas habitacionais têm se transformado em “abrigos” que concentram pessoas de baixa renda e desempregados (MEIRELES, CASTRO, 2017, p. 82).

Nesse âmbito, observa-se que a política habitacional busca satisfazer os interesses do mercado imobiliário através da parceria público-privado, pactuado entre o mercado e o Estado para o aumento do capital. O poder público efetua o repasse do controle da expansão urbana para o setor imobiliário do Estado. Essa lógica de apropriação do espaço que tem se direcionado às áreas de preservação ambiental, por geralmente serem áreas distantes dos centros

urbanos e por isso mais baratas, tem afetado a organização social de famílias tradicionais que ocupam essas áreas.

Assim, à cidade são impostas políticas de produção massificadora de condomínios privados, sem urbanidade e higienização de territórios já ocupados (NASCIMENTO, 2016, p.67). Apesar dos problemas que envolvem a questão habitacional, sabe-se que quase nunca é colocada em pauta pelo poder público municipal, tendo em vista que falta fiscalização no uso e ocupação do solo por parte dos órgãos competentes. Os autores acrescentam ainda que isso é resultado de uma lógica que segue o padrão do neoliberalismo urbano, no qual as cidades têm sido construídas para fins lucrativos e não para se viver.

## **4. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA DO MARACANÃ**

### **4.1. Mudanças ocorridas após a implantação do PMCMV na comunidade do maracanã**

Para Castro (2009), as unidades de conservação no Brasil já nasceram em meio a conflitos territoriais e de acesso a recursos, no qual a sua gestão é muito dificultada e particularizada. Frente a isso, em observação aos processos de uso e apropriação da APA do Maracanã, foi possível identificar os impactos ambientais, econômicos e sociais provocados na mesma, decorrentes da instalação dos empreendimentos na área.

Sob esse aspecto, a implantação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, na APA do Maracanã, remete a dois momentos na vida da comunidade: os impactos socioambientais e os conflitos vividos diariamente entre os antigos moradores da comunidade e os moradores dos conjuntos, recém-chegados. O primeiro, segundo a resolução do CONAMA, nº 001/86, art. 1º, entende o termo “impacto ambiental” como toda alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrente de atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam a saúde, o bem estar da população e a qualidade do meio ambiente.

De maneira geral, os impactos socioambientais causados à APA configuram-se em retirada de cobertura vegetal em função das ocupações e para a extração de madeira para a construção civil, deposição de resíduos sólidos junto às margens e nascentes dos rios, como esgotos domésticos e industrial, desmatamentos. Todas essas atividades não respeitam as diretrizes e instrumentos em vigor, relativos às áreas de proteção permanentes (MORAES, 2017). Isto posto, os impactos de ordem ambiental na APA do Maracanã iniciaram-se ainda no processo de terraplanagem dos terrenos para a construção dos conjuntos.

Esse processo, atrelado a uma gama de fatores para planar o terreno, levou entulhos, galhos, bem como o resto da construção civil para os rios, riachos, córregos e nascentes antes utilizados pela comunidade, bem como o esgoto de um dos conjuntos habitacionais que deságua diretamente no rio. Conforme o relato de “Dona” Regina, moradora da comunidade há 38 anos, diz que: “um grande problema pra gente aqui é que o esgoto do conjunto amendoeira desce dos ‘apartamento’ direto pro rio. A água do rio agora não serve mais pra nada” (2019).



**Figura 10 – Esgoto que deságua no rio, que antes era utilizado pela comunidade. Fonte: Carla Souza.**

A falta de planejamento urbano demonstra o descaso com a comunidade por parte do Poder Público, provocando uma ordem de fatores que reconfigurou o espaço, refletindo na maneira de viver dos antigos moradores. Isso ocorre uma vez que esse processo tornou a água imprópria para consumo e banho, levando à morte de vários cursos d'água, prejudicando os juçaraís, buritizais e provocando a extinção de animais aquáticos, afetando consequentemente a economia local, como é possível perceber através da fala de “Dona” Regina: “Antes os moradores tomavam banho no rio e não tomam mais, os juçaraís estão morrendo devido a água poluída, a atividade de pesca também não se faz mais por causa da morte dos peixes” (2019).



**Figura 11 - Rio da APA, no Maracanã, poluído. Fonte: Carla Souza.**

A comunidade sofre com a redução do volume de água das fontes hídricas da APA do Maracanã, que tornou as águas impróprias para serem utilizadas. O rio que antes era a única via de transporte entre o Maracanã e a capital, hoje só encontra poluição. No tocante aos impactos de ordem social, revela-se um certo estranhamento com o “outro”, decorrente da percepção quanto à maneira de se relacionar com a natureza e a terra, comprometendo a relação física e cultural da comunidade. A relação social entre antigos e novos moradores, com a chegada desses novos, deu início ao “furtos” de juçara, a exemplo da fala a seguir: “Eles pegam o fruto verde do pé, eles se acham no direito de pegar a fruta verde, porque eles alegam que a gente não plantou o pé, quando a gente chegou já estavam ali, aí a gente fica refém dessa situação” (REGINA, 2019).

Assim, o modo como o processo de urbanização tem se expandido em São Luís demonstra a falta de preocupação com as outras formas de vida existentes para além dos limites região metropolitana. Deste modo, essas mudanças que resultam na escassez dos bens naturais desafiam os moradores da comunidade a reinventarem novas maneiras de uso e convivência.

Segundo WACQUANT (2001), em seus estudos sobre “espaços marginais”, compreende-se que essas outras formas de vida são entendidas como insignificantes do ponto de vista do capital, sem interesse econômico rentável. Diante disso, a financeirização da economia, tem nesses lugares de exclusão, vistos como “carentes de bens e cultura”, uma

função socioespacial, que funciona como uma espécie de depósito humano de uma população que está à margem da sociedade.

Nesse contexto de “espaços marginalizados” das áreas periféricas, como determina o capitalismo neoliberal, a comunidade do Maracanã é “engolida” por um poder econômico que busca satisfazer sobretudo os interesses de mercado, determinando assim a construção de empreendimentos habitacionais no seu entorno e no interior da APA. Da mesma forma, em problemas que repercutem diferentes formas de violência aos moradores da comunidade, como o aumento da criminalidade, decorrente da falta de emprego.

É possível confirmar tal assertiva na fala do “Seu” Andrade, morador da comunidade há 52 anos:

Com a chegada desses ‘conjunto’, aumentou a violência, os ‘roubo’. Assalto tem todo dia aqui agora. Isso trouxe foi muita insegurança pra gente. A gente tem medo porque antes podia ficar nas ‘porta’ até tarde da noite conversando, agora não pode porque desde cedo da noite eles tão assaltando. Hoje comparado há mais ou menos uns dez anos atrás, tá muito violento. Antigamente não era assim não, aqui era muito calmo. Eles ‘vêm’ e ficam roubando porque não tem como se sustentar e sustentar a família deles (2019).

ZALUAR (2004), ao estudar a violência urbana, explica que os furtos, roubos e assaltos são características do mundo capitalista. O autor vai além: sua crítica parte de uma indagação sobre a própria criminalidade, a violência partindo do pressuposto de ser ou não a “única” manifestação de “revolta” que resta para os excluídos socialmente, que ocupam as periferias urbanas perpassando a impunidade e invisibilidade.

Embora esse seja mais um lamentável problema frente a tantos outros que provocaram mudanças na área, além dos diversos problemas de ordem ambiental, econômica e social causados pela construção desses empreendimentos habitacionais na área, ainda existe a questão da violência, que para a comunidade é uma das mudanças mais tristes, vivenciada por eles. Assim sendo, a capacidade econômica de propagação em toda parte traz insegurança, desigualdades e medo por não viverem a cidade dignamente. Para Bauman (2003), essa insegurança e indiferença partem da lógica competitiva, onde cada um está deixado à própria sorte. Para ele, a comunidade tem lutado para manter suas características, se fazer visível, pequena e autossuficiente.

No contexto do conjunto habitacional do PMCMV, esses conceitos colocaram-se em prática na medida em que foram implantados no entorno de uma comunidade habitada por famílias tradicionais, haja vista que trouxeram a indiferença por ser vista como área menos valorizada, ou como um “depósito de pobreza”, gerando desigualdade e insegurança por medo

da violência que tem se tornado cada vez mais corriqueira no dia a dia dos moradores da comunidade.

A criminalidade aqui em questão é praticada por indivíduos oriundos do espaço ocupado dentro e fora da APA; e a falta de ações concretas por parte do Estado aos moradores do Maracanã torna o ambiente inseguro para aqueles que dela fazem uso. Esse processo alterou o cotidiano da comunidade, que agora vive cheia de desconfianças e cuidados (SHIRAISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018, p.25).

Outro problema identificado na comunidade é a superlotação nos ônibus, em especial nos horários de grande movimentação de passageiros, considerado horário de pico, uma vez que um único ônibus faz o transporte do Maracanã à Vila Maranhão. O total de transportes coletivos que atendia a demanda apenas da comunidade, antes da chegada dos novos moradores, era de cinco ônibus, mas após a implantação dos conjuntos habitacionais foram adicionados mais dois, sendo dois em circulação durante a semana e um nos finais de semana, o que não supri a demanda local, porque a área do Maracanã ficou superlotada.

Desta forma, a comunidade tem que dividir espaço com os novos moradores, causando diversos transtornos, como relatou “Dona” Lucinda, moradora da comunidade há 33 anos:

Antes eram cinco ônibus rodando para nós. Com os ‘conjunto’ chegaram mais dois. Mesmo assim os ônibus são superlotados, principalmente nos horários de pico. Se já era ruim pra gente da comunidade, imagina com mais esse povo, que a gente agora tem que dividir espaço com eles dentro dos ônibus e nesses horários. Pra gente que tá na parada eles nem param, porque não cabe mais ninguém” (2019).

Castells (1983) entende que essas novas formas espaciais afetam o comportamento dos diferentes grupos sociais, assim como as desigualdades de distribuição dos serviços públicos, principalmente ao se tratar de assuntos como moradia e transporte, e o controle exercido pelo Estado, produzindo segregação. Diante desse cenário, nota-se que as mudanças ocorridas na área em questão é resultado de uma política habitacional ditada pelos interesses do capital global, que chega e instala seu empreendimento, desmatando e poluindo, sem uma consulta prévia junto à comunidade, para saber qual o entendimento dos moradores sobre a instalação de empreendimentos desse porte no seu entorno.

Ademais, o setor imobiliário faz a implantação dos conjuntos e não dispõe de infraestrutura necessária para atendê-los. De acordo com “Dona” Lucinda, este é mais um problema que a comunidade vem sentindo. Diz mais:

A verdade é que nos conjunto só tem as casa, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem posto policial, não tem nenhuma estrutura. Isso sobrecarregou a comunidade, porque aqui na comunidade só tem uma escola (municipal) só pro fundamental que

vai do 1º ao 5º ano e uma para o Ensino Médio (estadual). É tanto aluno que tiverem que abrir um anexo pra cada, mas mesmo assim não dá conta de tanta gente pra estudar. E um postinho de saúde que nem funciona direito. Quando é tempo de fazer matrícula dá é briga com as mães dos alunos, porque não tem vaga pra todo mundo (2019).



**Figura 12 - Escola Municipal, no Maracanã. Fonte: Carla Souza.**

Deste modo, as mudanças oriundas desse “inchaço” populacional provocam impactos ambientais na medida em que se necessita de mais infraestrutura para atender as suas demandas, consequente da falta de planejamento, resultando no aumento das cidades. A exemplo do último depoimento apresentado, devido à falta de mais escolas que atendam as pessoas em idade escolar, os alunos que estão cursando o fundamental e Ensino Médio precisam se deslocar para lugares distantes de seu local de moradia para estudar, quando a demanda de alunos na escola já está lotada.

Em uma conversa com a assistente social e coordenadora do posto de saúde no bairro, observou-se o quanto a demanda é grande após a chegada dos novos moradores e o quanto a equipe do posto de saúde se desdobra na tentativa de suprir as necessidades. Como se pode observar na fala da responsável pela administração do posto, Daiane:

O posto atende duas áreas. Como ficou dividida com a chegada dos moradores dos residenciais aqui no Maracanã. Área coberta, que é a área que tem agente de saúde para atender o povo (Maracanã) e área descoberta, que é a área que não tem agente de saúde para atender (moradores dos conjuntos). Mas o posto faz de tudo para atender tanto os da comunidade, quando os novos moradores, independente disso (2019).



**Figura 13 - Posto de Saúde do Maracanã. Fonte: Carla Souza.**

Como consequência da implantação de uma política habitacional que valoriza o lucro antes de tudo, ocorre a transformação da vida de famílias tradicionais, que agora vivem à mercê de problemas de superlotação nos únicos serviços básicos de assistência prestados à comunidade. Os impactos causados na APA e no entorno são observados ainda nas queimadas, desmatamento pela busca de espaço, a periferização local, obrigando a população de baixa renda a viver em condições precárias.

Isso ocorre pelo fato de não possuírem o capital financeiro e consequentemente não poderem escolher os melhores lugares da cidade para viver, obrigando os moradores a conviver com a poluição dos rios e as árvores frutíferas localizadas em áreas de brejo, dentre outras problemáticas.

Os problemas econômicos locais no que diz respeito aos buritizais, especialmente no tange à juçara, como a gradativa diminuição da produção, têm gerado preocupação na comunidade, já que tem impactado não somente o consumo das famílias, mas as relações sociais e o cuidado com os juçarais que tem sido redobrado (SHIRAISHI NETO, LIMA, ALCobaça, 2018, p. 22).

Em relação ao primeiro, os frutos dos buritizais quando maduros, caem diretamente nos brejos contaminados pelo esgoto do conjunto Amendoeirais, prejudicando a qualidade e por sua vez a comercialização, como explica “Seu” Fábio, morador da comunidade há 39 anos:

“Quando o buriti fica maduro cai direto nos brejos e como o brejo tá contaminado, ninguém quer comprar” (2019).

Não obstante, as juçaras que são retiradas antes do período da colheita, como acontece com os “furtos de juçaras”, tem colocado em cheque a qualidade do fruto, haja vista a “juçara local” em detrimento da juçara comercializada nos outros estados do país, geralmente coletadas ainda verdes. A juçara local tem seu diferencial justamente por conta da espera da colheita. Para “Seu” Fábio, os furtos de juçara na comunidade acontecem propositalmente. Ele diz que: “os ‘ladrão’ de juçara são pessoas desocupadas, que marcam o pé de juçara e de noite leva as ‘juçara’. Eles sabem que tão verdes e roubam só de mal para jogar fora” (2019).

Os furtos de juçara, realizados por pessoas estranhas à comunidade, tem refletido na escassez do fruto, passando a ser objeto de cobiça diante de seu significativo valor econômico no mercado local. O que antes era consumido ou comercializado apenas quando necessário complementar a renda familiar, agora é prática cotidiana. Tendo em vista que a disputa pelo fruto é acirrada, os frutos são coletados ainda verdes e por isso sem os devidos cuidados, tornando-os impróprios para o consumo, desrespeitando a ordem natural dos acontecimentos, fator primordial para a comunidade (SHIRAISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018, p.15).

Na maioria dos casos os juçarais e buritizais pertencem a uma ou mais famílias e normalmente estão situados nos fundos de quintais e se misturam à vegetação nativa, árvores frutíferas e plantas medicinais, que recebem cuidados especiais, particularmente pelas mulheres que se encarregam dessa obrigação (SHIRAISHI NETO, LIMA, ALCOBAÇA, 2018, p. 36). A relação com os quintais também diz muito sobre a maneira de viver da comunidade, por serem espaços utilizados para repouso, lazer e diversão, onde a comunidade se reúne com seus familiares, parentes e amigos para desfrutarem de bons momentos juntos.

Segundo Lima (2008), o lugar não está ligado apenas ao limites que o marcam, mas sobretudo à maneira de se relacionar com aquele espaço, isto é, o sentimento que um grupo atribui a ele, perpassando os limites do espaço físico, correspondente a uma mistura de práticas e experiências construídas ao longo do tempo, formando uma certa conexão entre o indivíduo e o lugar.

A partir das conversas com moradores mais antigos da comunidade foi possível observar a saudade que os mesmos sentem do Maracanã de antes, sinalizando rupturas com um passado que remete a lembranças de sossego e calma. Nos locais onde eram desenvolvidas práticas de agricultura de subsistência e pesca são encontrados atualmente ocupações e parte do Distrito Industrial, assim como atividades voltadas para o turismo local. As pessoas que

trabalhavam com a venda da juçara tiveram que se submeter a outras ocupações, já que os juçarais e os espaços onde eram feitas as trilhas ecológicas foram e são alvos de um processo de destruição, consequentes da construção de empreendimentos do PMCMV, que demandaram um amplo espaço para sua construção (MORAES, 2017, p.70).

Segundo Lefebvre (1991), faz-se importante refletir sobre os impactos e conflitos socioambientais, levando em consideração a forma como a sociedade se produz e reproduz, tendo em vista que a causa desses problemas é consequente das diferentes formas de representações, apropriação do espaço e uso do solo. Portanto, a percepção do problema ambiental da comunidade, do setor imobiliário e Poder Público Municipal correspondem a formas distintas, de acordo com o interesse de cada um.

Os problemas causados à APA são frutos das pressões geradas pela industrialização e urbanização, operando nas sociedades as consequências do “neocapitalismo”, que tem e faz da natureza fonte de acumulação do capital, estabelecendo em áreas de zona rural diversos problemas ambientais, onde comunidades e povos tradicionais são obrigados a conviver com a permanente ameaça a seus modos de vida, decorrentes da instalação de empreendimentos industriais ou residenciais.

O interesse especulativo pela área dessa unidade de conservação do Maracanã está na sua localização, por estar próxima ao Distrito Industrial e à Rodovia Federal (BR-135), devido a sua duplicação, ou seja, região de crescimento urbano e industrial que facilitam o acesso ao uso e ocupação (MORAES, 2017). Sob essa questão, as análises de Pereira e Alcântara Jr (2017) sobre como a mobilidade influencia no crescimento da cidade, no caso de São Luís, os autores mostram em seu artigo que a implantação da BR-135 na capital maranhense é reflexo do aumento das exportações e importações no estado.

A degradação ambiental aparece como uma crise da civilização moderna, proveniente da concepção restrita da natureza enquanto fonte de matérias-primas. Segundo Mumford (1982), em seus estudos sobre o processo de formação da cidade ao longo da história, essa questão diz respeito à criação coletiva da civilização, em que a cidade, para ele, foi desde o início recipiente de forças internas dirigidas à destruição, colocando em risco a segurança da mesma.

No que diz respeito a noção de conflito socioambientais o termo envolve tensões que vão além das disputas pelo uso e apropriação dos recursos, ou seja, remete aos confrontos dos diferentes significados atribuídos ao meio ambiente, a partir do ponto de vista que é interpretada. Lima e Shiraishi Neto (2009) entendem os conflitos socioambientais urbanos como uma forma de se pensar e ordenar a cidade, isto é, pensar o direito ao meio ambiente

como um difuso, por isso expressam não apenas contradições, mas embates pela apropriação de uso dos lugares na cidade.

Assim, as transformações ocorridas que culminaram em conflitos territoriais do espaço deveriam se valer de um embate mínimo, haja vista que presença humana é permitida em uma APA, com apenas restrições de utilizações dos recursos, que caso fossem respeitadas, não haveria tantos problemas dessa ordem na APA.

Entretanto, o que observa é que o PMCMV tem se apropriado desses espaços de forma contundente e massiva, degradando e poluindo a área, que devido à ausência de um plano de manejo e à demora em executar ações efetivas de gestão, tornam esses problemas ainda piores. Entre os impactos sofridos, destacam-se a ocupação desordenada por construções e residenciais que devastou boa parte da área, desmatamento na busca por mais espaço, extração das pedras para construção, queimadas e poluição. Neste último, enfatiza-se a poluição do rio Maracanã e o rio Bacanga principalmente por dois fatores: a destruição da mata ciliar e o depósito de lixo, provocando seu assoreamento, que resultou na redução do seu nível de água, acabando com a atividade pesqueira e provocando a erosão do solo (MORAES, 2017, p.71).

Outra mudança significativa é diminuição na procura por juçara. Para a comunidade, a manutenção da cobertura vegetal fragmentada da Unidade de Conservação é importante para as atividades históricas e culturais do Maracanã, a exemplo da festa da juçara. Como isso não vem acontecendo, e apesar de ainda ser mantida a tradição, os antigos moradores da comunidade temem que a festa um dia chegue ao fim por conta da destruição dos juçarais e por situações de “furto de juçara”, iniciados após a implantação dos conjuntos na área, que tem levado à diminuição da quantidade do fruto.

Portanto, observa-se que a APA vem sofrendo profundas transformações na sua ruralidade, com atividades que têm prejudicado o meio ambiente e por isso cada vez mais exposta aos impactos e conflitos, especialmente pela concentração populacional na área, ocasionada pela industrialização e a urbanização dos espaços.

## 5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA COMUNIDADE APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PMCMV

Fernandes e Inocente (2010) desenvolveram um interessante estudo exploratório sobre conceito de enfrentamento, que é de fundamental importância para esta pesquisa na medida em que os autores fazem uma reflexão acerca de fatores condicionantes, que refletem em eventos estressores sobre o sujeito. Os autores citam Michaelis (1979) para explicarem que a palavra enfrentamento deriva do verbo inglês *to cope*, que significa “lidar com”, “enfrentar”, “contender”, “lutar”.

Os autores mencionam ainda Atoniazzi, Dell’ Aglio e Bandeira (1998) para se referirem à estratégia de enfrentamento, entendida como um conjunto de estratégias utilizadas para se adaptar a situações adversas, cujos esforços são despendidos para lidar com o estresse favorece o desenvolvimento do enfrentamento, ou seja, para lidar com situações estressantes de danos ou ameaças, o indivíduo desenvolve um processo de enfrentamento.

Segundo Fernandes e Inocente (2010), a Teoria de Enfrentamento perpassou ao longo dos anos, sendo desde a década de 1970 a teoria com mais destaque no Brasil, a de Folkman e Lazarus (1985), por definirem enfrentamento como uma interação entre o indivíduo e o ambiente, que dispõe de esforços cognitivos e comportamentais em constante mudança. Sua função é administrar a situação ao invés de dominá-la.

De acordo com Antoniazzi et al (1998), o enfrentamento funciona como um mecanismo de defesa para lidar com conflitos. Essa afirmação ajuda a analisar a questão do caso Maracanã em relação à ordem de problemas que reconfigurou o espaço, refletindo na reorganização das maneiras de viver dos antigos moradores da comunidade, relativos a saberes e práticas socialmente construídas, exigindo deles um novo posicionamento ou estratégias de enfrentamento, que se distinguem em dois momentos.

No decorrer da pesquisa, ao se deparar com a realidade do Maracanã, a expectativa pela descoberta de diversas formas de enfrentamento por parte dos moradores locais, frente às mudanças ocorridas, não foram correspondidas. Diante disso, Bourdieu (1989) explica que nem sempre uma realidade pode ser enquadrada em uma teoria; e é também a partir disso que consiste o ofício de um pesquisador: compartilhar das dificuldades enfrentadas na prática de pesquisa. O autor diz que “uma exposição sobre uma pesquisa, é, com efeito, o contrário de um show, de uma exposição, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale” (p. 43, 1989).

Para o autor, nada é mais universal do que as dificuldades e por isso o pesquisador está sujeito a encontra-las na prática de pesquisa, assim como a pesquisa não precisa necessariamente responder às demandas sociais. Bourdieu (1989) chama atenção para a pesquisa como uma atividade racional e não como uma espécie de busca mítica para se sentir confiante. Essa postura realista, apesar de estar orientada para o melhor aproveitamento dos recursos, revela riscos à imagem que muitos investigadores desejam conservar. Entretanto, o autor defende que esse é verdadeiramente o ofício do pesquisador. A pesquisa científica é, assim, um discurso em que o pesquisador se expõe, corre riscos, e quanto mais se expõe, mais abre caminho para possibilidades de tirar proveito da discussão, seja para críticas ou conselhos construtivos para a pesquisa.

Isto posto, faço menção às dificuldades com as quais que me deparei como pesquisadora, na tentativa de encontrar estratégias de enfrentamento dos moradores da comunidade. Pelo fato de não ter envolvimento de todos os moradores no enfrentamento das mudanças, houve dificuldade de identificar estratégias de enfrentamento. Inicialmente elas envolviam a maior parte dos moradores, entretanto, no decorrer do processo de resistência à instalação dos empreendimentos e posteriormente aos impactos socioambientais, houve uma desarticulação da mobilização coletiva. Nesse âmbito, poucas foram as estratégias de enfrentamento identificadas.

Nas idas à campo, percebi um certo desconforto de alguns moradores em falar sobre o assunto, uma vez que no processo de escuta foi relatado que não sabiam da utilização de estratégias de enfrentamento ou mesmo que não haviam. As estratégias de enfrentamento explanadas na presente pesquisa partem da conversa com um antigo morador da comunidade, que não quis ser identificado.

Conforme discutido por Folkman e Lazarus (1985), o esforço cognitivo é o que a mente interpreta e representa sobre o problema. Em outras palavras, a sensibilização de percepção do sujeito em reconhecer o problema, podendo até ver o mesmo como algo positivo. Em visita ao Maracanã percebeu-se que nem todos os entrevistados tiveram a sensibilidade para reconhecer que os empreendimentos instalados na APA foram um problema. A ausência de envolvimento nas frentes de resistência, parte por vezes do medo de ameaças.

Essa assertiva pode ser observada nos relatos a seguir:

A chegada dos conjuntos eu vejo que foi bom, teve coisa boa e muita coisa ruim. Pra nós, que vive de vender aqui no Parque da Juçara, melhorou, porque tem mais gente pra comprar, mas também aumentou muito a violência” (Informante, 2019).

[...] Eu acho melhor não bater de frente porque a gente sabe que quem tem dinheiro é que manda (estado e setor imobiliário). Tem muitos moradores aqui em conflitos

com os moradores dos conjuntos por conta disso (moradores envolvidos em frente de resistência). E a gente sabe, né, os problemas muitas vezes não são resolvidos e as vezes acaba é sendo pior pra nós. [...] é por isso que aqui na comunidade algumas pessoas também preferem não se envolver com isso (Informante, 2019).

Embora essa forma de percepção dificulte uma postura de enfrentamento frente à mobilização coletiva dos moradores envolvidos na resolução das mudanças ocorridas na área, não deixa de ser também uma estratégia de enfrentamento, como forma de não confrontar para se proteger. Nesse contexto, os esforços comportamentais admitem a maneira como a pessoa busca administrar as situações adversas à sua realidade, que em outros casos visa minimizar, tolerar e aceitar, na tentativa de controlar as circunstâncias internas e externas (FOLKMAN, LAZARUS, 1985, p. 53).

Em contrapartida, felizmente há por parte de alguns moradores da comunidade a percepção de que a chegada dos empreendimentos do PMCMV acarretou em diversos problemas à área. Tal afirmação pode ser observada na fala de “Seu” Adan, morador da comunidade há 34 anos:

Depois que trouxeram esses conjuntos pro Maracanã, muita coisa mudou. Trouxe muitos problemas pra gente, porque destruíram o meio ambiente, as juçaras vivem sendo roubadas do pé, os rios estão poluídos e agora os ônibus são ‘tudo’ lotado. Isso causa transtornos pra gente todo dia (2019).

Os moradores que se envolvem em frentes de resistência no enfrentamento dos impactos causados devido à instalação dos conjuntos habitacionais tomam como estratégia a parceria com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUNA), em reuniões realizadas na própria comunidade para discutir questões relativas à APA impactada.

O COMUMA foi criado através da Lei Orgânica do município de São Luís e regulamentado pela Lei municipal nº 4.739/2006. Trata-se de um órgão superior, partidário, consultivo e de assessoramento, de caráter recursivo, deliberativo e normativo em questões referentes à preservação, conservação e defesa do meio ambiente. O COMUMA é integrante do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Fica a seu encargo formular, em sintonia com as normas e orientações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), as diretrizes superiores para a política municipal do meio ambiente, definidas pela administração municipal.

O CONAMA foi criado em 1982, através da Lei nº 6.938, que rege a Política Nacional do Meio Ambiente. O órgão é responsável por orientar as linhas de direção que as políticas governamentais devem tomar para exploração e preservação do meio ambiente e dos

recursos naturais, além da criação de normas e padrões para um meio ambiente equilibrado. Conforme prevê o artigo 6º, inciso 2º:

Órgão consultivo e deliberativo: O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (PLANALTO, 1981)

Em São Luís é de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) a formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Municipal de Meio Ambiente, em análise de ações setoriais que provoquem impactos ao meio ambiente. É responsável ainda por articular e coordenar os planos e atividades ligadas à área ambiental em nível municipal, fiscalização e licenciamento ambiental, ações de educação ambiental, controle, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais. A SEMMAM dispõe de um Conselho de Meio Ambiente, onde está inserido o COMUMA.

Nesse sentido, a associação de moradores da Comunidade do Maracanã parte do engajamento da sociedade civil para contestar as questões que norteiam os impactos causados na APA, formando uma frente de resistência contra as medidas de “desenvolvimento” arraigada pela lógica neodesenvolvimentista.

A parceria com o COMUMA partiu da iniciativa dos próprios moradores, que entraram em contato com o órgão na busca por uma solução. Tendo em vista que apesar da APA ser uma UC de uso sustentável e admitir ocupações a nível nacional, no caso do Maracanã, sem a Lei de Zoneamento, não há a efetiva proibição ou permissão de ocupação. Ainda assim, as instalações dos empreendimentos do PMCMV ocorreram de forma não sustentável, e sim de maneira degradante. O relato de “Dona” Regina cita que “[...] o COMUMA é quem está batendo em cima dessa questão. Na última reunião foi discutido a questão dos esgotos do Amendoeira, que era ‘pra’ ser tratado para cair no rio, mas isso não aconteceu” (2019).

Essa estratégia de enfrentamento utilizada pelos envolvidos acontece com a reivindicação dos moradores, feita ao COMUMA, por melhorias aos impactos sofridos, onde os moradores colocam em pauta na reunião as questões que mais lhe causam transtornos, como por exemplo: falta de um tratamento de esgoto adequado, consoante a à recuperação dos rios, riachos e nascentes; e desmatamento da vegetação nativa e queimadas, consequentemente a preservação dos juçarais, buritizais e cupuaçuais, além da conservação dos recursos naturais da APA e de novas escolas, posto policial e de saúde. As reuniões deveriam acontecer

mensalmente, mas como relataram alguns moradores, as frequências destas têm diminuído significativamente.

De acordo com Fernandes e Inocente (2010), existem dois métodos de enfrentamento, distintos em padrões, que são: padrões diretos, quando há o envolvimento dos sujeitos em alguma ação que afeta a demanda de problemas de alguma forma, como no caso dos moradores engajados em frentes de resistência, na luta por melhorias que contornem a presente situação; e padrões indiretos, que funciona como um enfrentamento paliativo, que é quando incluem estratégias que não modificam as demandas na realidade.

O enfrentamento paliativo corresponde aos moradores da comunidade que preferem não se envolver em mobilizações coletivas, utilizadas como uma estratégia individual, para não confrontar os novos moradores, de forma a se protegerem contra ameaças, por estarem à mercê da onda de violência local. Assim sendo, as estratégias de enfrentamento podem ainda ser classificadas como focadas no problema ou na emoção. Este, entendido como um estado afetivo, como consciência do perigo, o medo ou insegurança por se sentir vulnerável a alguma situação (FOLKMAN, LAZARUS, 1980, p. 27).

Os autores explicam através de Neri (2005) que quando a estratégia de enfrentamento está focada no problema, a busca é por administrá-los. Quando focadas na emoção, as estratégias de enfrentamento tentam substituir o impacto emocional do estresse no sujeito, convertendo-se em processos defensivos, fazendo com que o indivíduo evite confronto consciente com a realidade sujeita à ameaça.

No que diz respeito as estratégias de enfrentamento engajadas em uma mobilização coletiva, Fernandes e Inocente (2010) apresentam os estudos desenvolvidos por O'Brien e De Longis (1996), que apontam outra forma de estratégia de enfrentamento, centrada nas relações interpessoais, onde o indivíduo busca apoio nas pessoas do seu círculo social para solucionar uma situação estressante ou conflituosa. A mobilização coletiva como no caso dos moradores do Maracanã, envolvidos na luta pela recuperação e preservação da APA, que é um problema que afeta a todos, revela laços de solidariedade entre os integrantes e com o meio físico em que estão inseridos.

Outra forma de estratégias de enfrentamento identificada partia da vigilância comunitária, através de revezamento dos moradores entre si para vigiar os juçaraís. Essa maneira de lidar com os problemas correspondia positivamente quando as ondas de violência eram menos frequentes. Entretanto, com o aumento da criminalidade local, essa estratégia tornou-se insustentável, como explica “Seu” Andrade:

[...] Tem juçaral que não tem delimitação, mas como a maioria dos juçarais é no fundo dos quintais, antes era mais fácil para vigiar para evitar os roubos, porque dava para vigiar de dentro de casa, porque primeiro esses ‘conjunto’ aí foram inaugurados cada um por vez, não ‘foi’ todos de uma vez. Cada vez que inaugurava um era mais gente desses bairros perigosos que chegava, então não tinha tanta gente assim, entendeu? Mas depois que estavam todos prontos, é tanta gente que chegou e a criminalidade tá é grande. Agora é tanta gente que tá fazendo isso (furtando juçaras), que não dá ‘pra’ ter o controle (2019).

Como se pode observar, a violência é um dos fatores que mais causou mudanças na vida da comunidade, desarticulando em grande medida as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos moradores, que estão sujeitos à situação, sem muitos meios de lidar com essa ordem de problemas.

A SEMMA, na condução do COMUMA, prevê ações de controle e vigilância que visam proteger os recursos naturais a fim de garantir melhoria na qualidade de vida dessa população. Fica a encargo da Coordenação de Controle Ambiental (CCA), as atribuições de planejar, organizar executar a fiscalização ambiental, controle e punição das atividades lesivas ao meio ambiente. Essa fiscalização é praticada pela gestão pública, através do exercício de poder de polícia, em conformidade com a legislação ambiental, e em caso de constatação de qualquer irregularidade cometida contra o meio ambiente são aplicadas notificações, advertência, suspensão, embargo e auto de infração.

Todavia, em conversas com moradores da comunidade, a prerrogativa caminha em outra direção. A polícia, como braço direito de Estado, deveria estar disponível para atender a população na mediação desses conflitos, mas sempre que ocorre um conflito não há a quem recorrer. Como afirma “Dona” Rosa, moradora da comunidade há 44 anos,

Aqui quase não se vê carro da polícia, pra falar a verdade não faz é ter. [...] Sempre em casos de conflitos entre os moradores, a gente liga pra a polícia e fica esperando a boa vontade deles se quiserem aparecer. [...] e pra ser sincera, muitas vezes eles nem aparecem (2019).

Embora haja um órgão responsável na capital pelo controle e vigilância dos recursos naturais, nota-se que a ausência dessas ações mediadoras é costumeira. Por não haver Lei de Zoneamento para a APA do Maracanã, definindo se pode haver ou não a ocupação humana, a instalação desses empreendimentos torna-se mais frequente e com isso mais problemas à comunidade, a exemplo da instalação de um novo residencial - Morada do Sol.

Em virtude do aumento dos furtos de juçaras, alguns moradores da comunidade tomaram como nova estratégia de enfrentamento o cercamento dos juçarais nos fundos de quintais.



**Figura 14 - cerca de cimento, construída pelos moradores para proteção dos juçarais. Fonte: Carla Souza.**

O cercamento é feito de cimento, através da contribuição monetária de cada um dos envolvidos, que as construíram na tentativa de conter os furtos de juçaras. “Seu” Andrade diz que

Teve um tempo que alguns dos moradores estavam cercando os juçarais, pra evitar mais os roubos. Mas não deu muito certo, é muito ladrão de juçara. Eles pulam os cercados, porque parece que era pro cercado ser mais alto, mas faltou dinheiro e ficou desse tamanho ai que você tá vendo, ficou pela metade. Ai não fizeram mais. Até mesmo porque nem todo mundo quer contribuir. Até mesmo porque eles sempre dão um jeito de pegar as juçaras do pé (2019).

Nesse contexto, nota-se uma desarticulação entre os moradores frente às estratégias de enfrentamento. Os moradores que preferem não se envolver parecem desacreditados com a resolução da problemática em questão, tendo em vista que após a instalação dos empreendimentos do PMCMV os conflitos socioambientais são cada vez mais frequentes e parecem infundáveis. Isso revela a forma como a comunidade vê o meio ambiente, como algo que precisa ser respeitado, enquanto o poder público vê espaço que gera lucro.

A última estratégia identificada são casas muradas, que além de ser a forma utilizada para se proteger da violência é também uma forma de manifestação, consequência do processo de urbanização, que reconfigurou a comunidade que apesar de manter sua

característica rural, tem adquiridos feições urbanas com casas muradas, seguindo a lógica de propriedade privada.



**Figura 15 - Muro de uma casa construída na comunidade do Maracanã. Fonte: Carla Souza.**

Para tentar contornar a insegurança que se tornou cotidiana, a busca por segurança se faz presente normalmente ligada à integridade corporal ou bens materiais, objetivando combater o perigo. “Seu” Andrade diz que “antigamente as portas das casas aqui no Maracanã eram de taipas, muitas vezes nem precisava fechar pra dormir. Porque era muito calmo, não era como hoje. Pode ver aí, as casas tão tudo com muros e grades só de medo da violência” (2019).

Nesse contexto, a proteção parte da insegurança do de “fora”, do desconhecido, ou seja, a violência “desconhecida” existente nas sociedades modernas, que adentrou na comunidade. Segundo Bauman (2003), a sociedade moderna é grande produtora da insegurança, que induz a nos “protegermos” do perigo, com investimentos naquilo que se acredita manter a nossa autopreservação, como muros levantados, cercas, grades e câmeras. Para o autor, a comunidade é agora um paraíso perdido, que provavelmente está longe de ser alcançado.

As estratégias de enfrentamentos identificadas revelaram que apesar da mobilização coletiva por parte dos envolvidos, em busca de meios de dispositivos legais a exemplo do COMUNA ou meios criados pelos próprios moradores na tentativa de resolução dos problemas ocorridos, não têm tido resultados positivos, considerando que as pautas levantadas pelos moradores estão sem respostas.

O órgão competente caminha de encontro às pautas levantadas, não dando respostas e nem apresentando soluções. Apesar de a Lei que rege o COMUNA prever ações de proteção, conservação dos recursos naturais, além de medidas punitivas contra degradação ambiental, nota-se um verdadeiro desinteresse do órgão em solucionar as questões levantadas pelos moradores.

Embora as reuniões ocorridas tenham alimentado a esperança da comunidade impactada, na crença pela recuperação dos recursos naturais e sua preservação e conservação, com o passar do tempo, nada foi feito em prol da melhoria da APA e da comunidade, o que tem fragilizado as reuniões com o COMUNA, que não são mais tão frequentes. Diante disso, alguns moradores seguem desacreditados quanto à presente questão, o que refletiu na desarticulação da mobilização dos moradores, distinguindo-os entre moradores envolvidos (que também têm seguido caminhando ao encontro do “descredito”) e os não envolvidos na resolução dos problemas.

Faz-se necessária a sensibilização tanto por parte do poder público quanto das empresas imobiliárias que têm colocado em prática essas políticas habitacionais, que tem servido na realidade para manter os mais pobres afastados dos centros urbanos, com a construção de empreendimentos de grande porte em APAs de forma degradativa e não sustentável. Nesse sentido, fala-se em sensibilização no âmbito de conversar com a comunidade antes da instalação dos empreendimentos para saber o que pensam sobre a questão, se possível até com os moradores dos residenciais ou meios de promover infraestrutura sem causar grandes impactos ao meio ambiente.

## 6. CONCLUSÃO

Considerando o exposto foi possível perceber que a APA do Maracanã vem sofrendo grandes impactos de cunho social, econômico e cultural, decorrentes da expansão das áreas urbanas de São Luís, onde se perpetua e especialmente pela especulação imobiliária para a construção de empreendimentos habitacionais, que tem provocado mudanças na sua ruralidade, passando adquirir afeições urbanas.

Apesar dos reflexos do processo de urbanização da cidade ter influenciado nessa questão, a maneira como tem sido conduzida as políticas habitacionais, sem a mínima preocupação em preservar e conservar os bens naturais, como o PMCMV, tem provocado a degradação ambiental da APA do Maracanã e com isso a reconfiguração social das famílias tradicionais que moram na comunidade. Desta forma, a falta de controle do uso e ocupação do solo, a implantação de conjuntos habitacionais pelas construtoras civis sem a mínima preocupação e os devidos cuidados com a natureza têm impactado massivamente o meio ambiente.

A implantação dos conjuntos habitacionais no Maracanã, embora para os novos moradores dos conjuntos tenha sido algo positivo, por terem a tão sonhada casa própria, sua construção nas áreas mais distantes da cidade revelam o verdadeiro interesse dos gestores dessas empresas, que tem parceria com o Poder Público e o aval para instalação dos empreendimentos em APAs, justamente por serem terrenos mais baratos para compra.

Esse procedimento vem impactando não só a vida dos antigos moradores, de seus modos de vida habituais, mas também dos novos e dos bens naturais da APA, resultando nos conflitos sociais, uma vez que a maneira da comunidade se relacionar com os recursos naturais presentes na APA é totalmente diferente da lógica capitalista, que vê a terra e os recursos que nela há um mecanismo para fazer dinheiro.

Diante do crescimento ~~de~~ desordenado da capital Maranhense em direção à APA do Maracanã, na tentativa de se proteger, a comunidade cria estratégias para driblar essas mazelas, porém o medo da violência que impera na região traz insegurança e a desarticulação dessas estratégias de enfrentamento por parte de alguns dos moradores da comunidade, que por isso preferem não se envolver na resolução dos problemas. As medidas tomadas pela comunidade para resolver os problemas que os afligem revela, ante à luta dos antigos moradores, que os órgãos competentes se mostram totalmente alheios a essa questão.

Nesse âmbito, aumenta a certeza de que o sistema capitalista produz cada vez mais a lógica ‘pobre no lugar do pobre’. No que diz respeito ao envolvimento dos moradores, após

tantas tentativas na resolução da presente questão, de ouvir e acreditar no órgão competente, que traria necessárias mudanças, este caminha ao encontro do “descredito” da recuperação e conservação dos recursos naturais da APA impactada, diante da atual realidade que resiste, sem resposta concreta, tendo em vista que nada foi resolvido, estando jogados a própria sorte.

Diante das mudanças apresentadas na APA e na vida dos moradores da comunidade do Maracanã, causados por uma urbanização sem planejamento e que desrespeita a Legislação Ambiental brasileira, faz-se necessária ações dos órgãos competentes garantam de forma efetiva medidas cabíveis não somente com ações de proteção e conservação ambiental, mas de mediação dos conflitos existentes na comunidade. Isto, porque após a chegada dos novos moradores, com mecanismos de fiscalização no uso e ocupação do solo, políticas públicas efetivas que forneçam infraestrutura necessária para suportar a demanda local após o inchaço populacional na área são precisas.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D.D.; BANDEIRA, D.R. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**. UFRGS, 1998.
- ARAUJO, Marcelo de Souza. **A Identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)** / Marcelo de Souza Araujo. -2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades: a busca por segurança no mundo atual**—Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BRASIL, Lei nº 9.985 de julho de 2000, Publicada no Diário Oficial da União em Brasília em 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24, out, 2019.
- BRASIL, Lei 12 nº 12.651 de 25 de maio de 2012, Das Disposições Gerais de Proteção da Vegetação Nativa. Publicado no site do Planalto em Brasília em 25 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19, nov, 2019.
- BRASIL (País). Lei nº 6.902 de 27 de julho de 1981. Da criação de Estações ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental. Publicada no site do Planalto em Brasília em 27 de julho de 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03, nov, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. Ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BORDO, A. A. **Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial**. Scripta Nova. Universidade de Barcelona. Vol. IX, N. 194 (79). 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-79.htm>>. Acesso em: 16, out, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- CARVALHO, Alice de Almeida Vasconcellos; MEDEIROS Valério Augusto Soares de. **O papel do Programa Minha Casa, Minha Vida no processo de construção das cidades: a perspectiva constitucional**. Ed. Urb. Rev. Bras. Gest. Urbana, vol. 9. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2175-33692017000400396&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-33692017000400396&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15, set, 2019.
- CASTRO JÚNIOR, E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- FERNANDES, Gilberto Fernandes; INOCENTE, Nancy Julieta. **Estratégias para enfrentamento (coping): um levantamento bibliográfico**. Taubaté: 2010. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INICI\\_2010/anais/arquivos/0570\\_0609\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INICI_2010/anais/arquivos/0570_0609_01.pdf)>. Acesso em: 08, nov, 2019.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R.S. Na analysis of coping in a middle-aged Community sample. Journal of Health and Social Behavior, 1980.

FOLKMAN, S.; LAZARUS, R.S. If it changes it must be a process: A study of emotion and coping during three stages of a college examination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 150-170. (1985).

GONDIM, Pontes de Maria Linda. **Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental**. Ed. CRH, vol. 25, n. 64. Salvador, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000100009)>. Acesso em: 28, out, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo**. Ed: Eduff. Rio de Janeiro, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Mara Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

JULY, Maria Santa. **Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira**. Ed. Ciência Rural, vol 41. Minas Gerais, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos socioambientais urbanos: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icarí**\_São Luís: Edições Uema, 2008.

LIMA, Rosirene Martins. **O Rural no Urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz**- MA. Editora Ética: Imperatriz, 2008.

LIMA, Rosirene; SHIRAISHI, N. Joaquim; VIERIRA, C. Judith; AGOSTINHO, L. Luane. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Políticas Urbanas e Comunidades Tradicionais**. São Luís, 2009.

LIMA, Helozine Martins Moreira. **Do papel aos brejos do Maracanã: um estudo sobre as políticas públicas de ecoturismo na área de proteção ambiental do Maracanã**. UFMA, São Luís, 2000.

LIMA, Rosirene; SHIRAISHI, N. Joaquim; ALCOBANÇA Everton de. **Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global**. Novos Cadernos NAEA, 2018.

MARICATO, Ermínia. **É a questão Urbana, estúpido!**. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Editoras Cart Maior e Boitempo Editorial, Coleção Tinta Vermelha, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1, 1975.

MARANHÃO (Estado). Decreto 12.103 de 01 de outubro de 1991. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, Poder Executivo, São Luís, 01 out. 1991. Ano LXXXV, n. 189.

MARANHÃO (Estado). Decreto Estadual nº 12. 103/1991. Cria no Estado do Maranhão Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências.

MEIRELES, Eduardo; CASTRO de Pozzi Maria Carolina. **Provisão do Programa Minha Casa, Minha Vida em São José do Rio Preto, SP: inserção urbana e adequação socioeconômica e ambiental-um estudo de caso do conjunto habitacional Nova Esperança**. Ed. Ambiente Construído, vol. 17, n. 3. Porto Alegre, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-86212017000300219](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000300219). Acesso em: 13, set, 2019.

MATOS de T. R. Oliveira Thiago. **A expansão do mercado imobiliário no Brasil: um paralelo entre a evolução dos preços no mercado brasileiro e a bolha imobiliária norte-americana**. PUC. Rio de Janeiro, 2017.

MICHAELIS, T. N. Ilustred Dictionary. English-Portuguese. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). O sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA, 2011.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES; Pinheiro, Nadloyd. **APA DO MARACANÃ: os impactos socioambientais gerados pela construção dos empreendimentos imobiliários do programa Minha Casa Minha Vida**. Ed.: UEMA. São Luís, 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1982.

NASCIMENTO, M. D. **Políticas Públicas e formas de provisão da moradia/ As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade**. Ed: Cadernos Metrópole, vol 18. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://content://com.microsoft.office.br>>. Acesso em: 14, set, 2019.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Fonseca Lindon. **Expansão Urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR)**. Ed. RA'EGA. Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24833/16634>>. Acesso em: 08, nov, 2019.

OBRIEN, T.B.; DELONGIS, A. The interactional context of problem-, emotion-, and relationship-focused coping: The role of the big five personality factors. *Jornal of Personality*, 64, 775-813. 1996.

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OLIVEIRA, S. M; FARIAS FILHO, S. M. **Uso do solo, industrialização e consequente urbanização na Área de Proteção Ambiental do Maracanã, São Luís/MA**. UFMA, 2012.

PLANALTO. **Das Disposições Preliminares. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 05, out, 2019.

PLANALTO. **Política Nacional do Meio Ambiente.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm)>. Acesso em: 29, out, 2019.

PLANALTO. **Do Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm)>. Acesso em: 21, nov, 2019.

PLANALTO. **Programa Residencial de Arrendamento.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10188.htm)>. Acesso em: 17, out, 2019.

PEREIRA, S da R. M; ALCÂNTARA JR. O.J. **A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, 2017.

PETRECA, Tavares Renata. **Programa Minha Casa Minha Vida: estratégia no enfrentamento da crise de 2008.** São Paulo, 2015.

RUFINO, C. B. M. **Transformação da periferia e ovas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional.** Ed. Cadernos Metrópole, vol 18, n. 35. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=4hoks04AAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 06, nov, 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 3a ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS dos G. R. F; MENDES. O. R. **A organização do espaço urbano em São Luís e suas consequências ante o implemento dos grandes projetos econômicos/tecnológicos em seu território.** São Luís. UFMA, 2005. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em: 22, set, 2019.

SANTOS, S. R dos; SANTOS, P. C dos. **Área de Proteção Ambiental do Maracanã em São Luís (Maranhão, Brasil): aspectos socioambientais e o desenvolvimento local na atividade turística.** Ed. Turismo e sociedade, vol 4. Curitiba, 2011.

SILVA, A. E. **A produção do espaço urbano pelo programa minha casa minha vida (faixa 1) na região metropolitana de Recife/PE: entre a reprodução social da vida e a reprodução do espaço mercadoria.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento urbano). UFPE: Recife/PE, 2016.

SILVEIRA, S. R de Marla. **Nas entranhas do Bumba meu boi: Políticas e estratégias para botar o boi de Leonardo na rua.** UFMA. São Luís, 2014.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SENU. **Lei de número 9.985, de 18 de julho de 2000.** Brasília: MMA/SBF.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2. Ed. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São. Paulo, Brasil**. Investigaciones Geográficas – Bol. Inst. De Geografia, México, V. 54, p. 114-139, 2004.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos socioambientais: Políticas Urbanas e Comunidades tradicionais**. São Luís, 2009.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; SERRA, Sergio Lopes. **A Cidade em Disputa: São Luís sob a ordem do capital financeiro**. [São Luís]: s. ed, 2018. 19p.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, de E. Luzinele. **Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global**. Ed. Novos Cadernos NAEA. São Luís, 2018.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WEBER, Max. **A Cidade**. Nova York, Imprensa livre, 1966.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Disponível em: <[http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal\\_subpagina.asp?site=281](http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=281)>. Acesso em: 05, nov, 2019.

Disponível em: <<https://camara-municipal-de-sao-luis.jusbrasil.com.br/legislacao/829584/lei-4739-06>>. Acesso em: 09, out, 2019.

Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/5a9e13ed>>. Acesso em: 25, out, 2019.

Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/foto/22403/#&gid=1&pid=1>>. Acesso em: 25, out, 2019.

Disponível em: <<http://agenciasaoluis.com.br/foto/16220/>>. Acesso em: 27, out, 2019.